



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SCHEILA DAIANA PORTO**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO IDEOLÓGICA COM RELAÇÃO AO  
IDOSO: UM OLHAR SOBRE A MÍDIA ESCRITA**

**FLORIANÓPOLIS  
2007.2**

**Scheila Daiana Porto**

**O Processo de Formação Ideológica com Relação ao Idoso: Um  
Olhar Sobre a Mídia Escrita**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento

**Florianópolis - SC  
2007.2**

**Scheila Daiana Porto**

**O Processo de Formação Ideológica com Relação ao Idoso: Um Olhar Sobre a Mídia Escrita**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à aprovação da banca examinadora como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

**Banca Examinadora:**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmento**

**1ª Examinadora:** \_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro**

**2ª Examinadora:** \_\_\_\_\_  
**Profa. Ms. Maria Izabel da Silva**

## AGRADECIMENTOS

Ao meu irmão **Charles Alexandre Porto** pela dedicação, pela generosidade na partilha do conhecimento, apoio, contribuição no amadurecimento das reflexões e exemplo de vida pessoal e profissional.

Ao meu filho, **Vinícius P. Gonçalves**, que é minha vida, minha inspiração e minha fonte de motivação.

Ao meu marido, **Flavio A. Gonçalves**, pelo apoio, ajuda constante, paciência, companheirismo e presença “na alegria e na tristeza”.

Aos meus pais, **Nery Porto** e **Aurélia Ramos** e meu irmão **Cleiton Roberto Porto**, pelo amor incondicional.

Aos meus amigos **Adriano Gonçalves** e **Camila Bastos**, pela contribuição na pesquisa e amizade compartilhada diariamente.

À **Camila Z. Lückmann**, amiga, companheira e irmã de coração, pelo apoio e amor incondicional.

À **Roseni Salete Finger**, pelo grande apoio e troca de conhecimentos especialmente na fase do projeto deste trabalho.

Aos meus amigos **Girmar Vanelli**, **Leslie Araújo**, **Ligia Clarisse**, **Samara Marcondes** e **Willian Yuri Serratini**, pela constante sintonia e carinho.

À **Patrícia Elza da Silva**, Assistente Social da SEOVE, campo de estágio, pela atenção, acolhida, ajuda e contribuição na formação profissional.

Aos **colegas** de curso que, através da troca de experiências, contribuíram com o amadurecimento das reflexões e aquisição de novos conhecimentos.

Ao Professor **Helder Boska de Moraes Sarmiento**, meu orientador, pelo despojamento em compartilhar seus conhecimentos.

Às professoras **Edaléa Maria Ribeiro** e **Maria Izabel da Silva** pela disponibilidade em participar da Banca Examinadora deste estudo.

Aos Colaboradores do Arquivo Fotográfico do Jornal Diário Catarinense, **Rosane, Teo, Cleber** e **Lu**, pela disponibilidade e contribuição, deixando o acesso livre para a realização da pesquisa.

Ao Jornalista **Flavio Cardozo Junior**, pelas valiosas dicas em relação ao tema deste estudo.

***“O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.***  
***(Fernando Pessoa)***

## RESUMO

O objetivo fulcral deste trabalho é compreender a influência da mídia escrita no processo de formação ideológica quanto ao idoso. Para tanto, utilizou-se os editoriais do Jornal de maior circulação do Estado de Santa Catarina, o Diário Catarinense. Por meio da revisão bibliográfica e análise de conteúdo estruturou-se este trabalho em quatro seções. Inicialmente foram discutidos os aspectos relacionados à velhice e o envelhecimento, ressaltando os contextos, concepções e caracterização acerca da velhice. No segundo momento, apresentaram-se o envelhecimento e as políticas sociais, fazendo uma breve apresentação dos dados estatísticos da população idosa mundial e brasileira, bem como a discussão das políticas sociais existentes no Brasil, como o Plano Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso bem como da Constituição Federal. Na terceira seção, abordou-se a Mídia e a Ideologia, fazendo-se um breve histórico da ideologia, seu significado e caracterização, bem como a mídia, especificamente a mídia escrita. Por fim, foi destacado o Idoso na Mídia Escrita, buscando analisar a partir dos editoriais qual a ideologia apresentada pelo Diário Catarinense com relação ao idoso.

**Palavras – Chaves:** Idoso, Mídia, Ideologia.

## **ABSTRACT**

The central purpose of this work is to understand the influence of the media writing in the process of training ideological about the elderly. Thus, it was used the editorial of the newspaper of largest circulation of the State of Santa Catarina, the Diário Catarinense. Through literature review and analysis of structured content is the work into four sections. Initially the issues were discussed related to old age and aging, underscoring the contexts, ideas and characterization about old age. The second moment, are aging and social policies, making a brief presentation of statistical data in the elderly population worldwide and Brazilian, and the discussion of social policies in Brazil, as the Federal Constitution, the National Plan Aging And the Statute of the elderly. In the third section, addressed to the media and making Ideology is a brief history of the ideology, its meaning and characterization, and the media, specifically the media writing. Finally, it was deployed in the Old Media Writing, seeking analyze from the editorial which ideology presentation by Diário Catarinense in relation to the elderly.

**Key Word:** Old, Media, Ideology.



## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – *Censo Demográfico 2000.*

**Tabela 2** – *Relação de Editoriais do Arquivo Fotográfico do DC.*

**Tabela 3** – *Categorias de Análise.*

## LISTA DE GRÁFICOS

**Tabela 1** – Editoriais publicados por ano no período de 2002 a 2007.

**Tabela 2** – Total por Categorias.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 VELHICE E ENVELHECIMENTO</b> .....	<b>11</b>
2.1 A VELHICE: CONTEXTOS E CONCEPÇÕES .....	11
2.2 A VELHICE COMO CATEGORIA SOCIAL .....	16
<b>3 O ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS</b> .....	<b>19</b>
3.1 A POPULAÇÃO IDOSA MUNDIAL .....	19
3.2 A POPULAÇÃO IDOSA BRASILEIRA .....	20
3.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS AO IDOSO .....	21
<b>3.3.1 Constituição Federal</b> .....	<b>22</b>
<b>3.3.2 Plano Nacional do Idoso</b> .....	<b>23</b>
<b>3.3.3 Estatuto do Idoso</b> .....	<b>24</b>
<b>4 MÍDIA E IDEOLOGIA</b> .....	<b>27</b>
4.1 IDEOLOGIA: GÊNESE HISTÓRICA E SIGNIFICADO .....	27
<b>4.1.1 Ideologia: Uma Breve Caracterização</b> .....	<b>30</b>
4.2 A MÍDIA .....	32
<b>4.2.1 A Mídia Escrita</b> .....	<b>35</b>
4.2.2.1 O Jornal Diário Catarinense .....	36
<b>5 O IDOSO NA MÍDIA ESCRITA</b> .....	<b>38</b>
5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA .....	38
<b>5.1.1 Demografia</b> .....	<b>42</b>
<b>5.1.2 Educação</b> .....	<b>43</b>
<b>5.1.3 Expectativa de Vida</b> .....	<b>44</b>
<b>5.1.4 Legislação (Estatuto do Idoso)</b> .....	<b>45</b>
<b>5.1.5 Previdência</b> .....	<b>47</b>
<b>5.1.6 Turismo</b> .....	<b>48</b>
5.2 APRECIÇÃO .....	49
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>522</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>555</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento populacional, bem como o aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, tem provocado um aumento significativo do envelhecimento da população. Este fato tem contribuído decisivamente para ampliar a visibilidade social do idoso, em particular, nos meios de comunicação de massa. Dito de outra maneira, os temas em torno do idoso alcançaram grande projeção social favorecidos pela veiculação na mídia e também pela luta política da sociedade.

Ora, como é sabido, a mídia exerce um importante papel na formação ideológica, podendo enviesar a opinião pública. Tendo isto em vista, nos ocuparemos em nosso estudo com as seguintes questões: Quais os temas abordados pela mídia escrita com relação ao idoso? Qual a influência da mídia escrita no processo de formação ideológica no que diz respeito ao idoso?

O objetivo fulcral do presente estudo consiste precisamente em compreender a influência da mídia escrita no processo de formação ideológica quanto ao idoso. Ao seu lado situam-se os seguintes objetivos específicos: identificar os temas abordados pela mídia escrita com relação ao idoso; classificar os temas em categorias e compreender o significado ou conteúdo deste discurso na mídia escrita.

A metodologia empregada na realização deste trabalho consistirá na revisão bibliográfica e a análise de conteúdo.

Na revisão bibliográfica serão trabalhados e analisados os principais autores que tratam do processo de envelhecimento, legislação específica do idoso, mídia e ideologia, a saber, Beauvoir (1990), Almeida(2003), Marcondes Filho (1985) e Chauí (1986).

Com relação à análise de conteúdo será realizada uma pesquisa no Jornal Diário Catarinense, veículo de maior circulação estadual, referente ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2007.

Além do que foi dito, nosso estudo pretende ser ordenado e sistemático. Deste modo, tendo em vista este propósito, procuramos dividi-lo em quatro momentos distintos.

No primeiro momento, discutiremos os aspectos relacionados à velhice e o envelhecimento, ressaltando os contextos e concepções acerca da velhice, bem como a caracterização desta como categoria social.

No segundo momento, analisaremos o envelhecimento e as políticas sociais, fazendo uma breve apresentação dos dados estatísticos da população idosa mundial e brasileira. A seguir são discutidas as políticas sociais existentes no Brasil, como a Constituição Federal, o Plano Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

No terceiro momento, apresentaremos a Mídia e a Ideologia. Faremos um breve histórico da ideologia, seu significado e caracterização. Depois abordaremos a mídia, especificando a mídia escrita e a partir desta o Jornal Diário Catarinense, espaço onde foi realizada a pesquisa.

Por fim, no quarto momento, procuraremos destacar o Idoso na Mídia Escrita, mais especificamente a ideologia apresentada pela mídia com relação ao idoso. Nesta seção é apresentada e analisada a pesquisa realizada nos editoriais do Jornal Diário Catarinense.

## 2 VELHICE E ENVELHECIMENTO

O que é velhice? O que é envelhecimento? Designaria estes conceitos – envelhecimento e velhice – o mesmo processo? Ou, por outro lado, se trata de conceitos distintos? Como tem sido abordada esta problemática ao longo da história? Pois bem, o objetivo da presente seção, em rápidas palavras, consiste precisamente nisso, a saber, uma tentativa de aventar respostas a estas e outras indagações em torno do conceito de velhice. Para tanto, empreenderemos um breve retrospecto histórico-cultural da noção de velhice com vistas nos modos como esta noção vem sendo concebida e trabalhada desde as sociedades antigas até a contemporaneidade.

Cumprido dizer, contudo, que em nossa jornada não estaremos em busca de uma única definição para o conceito de velhice, haja vista que isto implicaria no risco de reduzir a abrangência e extensão suscitada pelo tema. Não obstante isto, ainda no decorrer desta seção, transitaremos por diferentes vias, as quais nos induzirão à consideração de algumas definições de velhice, em particular, aquelas vias que abordam a velhice como categoria social, já que este será o viés que iremos adotar no decorrer do nosso estudo.

### 2.1 A VELHICE: CONTEXTOS E CONCEPÇÕES

O envelhecimento, assim como a infância e a adolescência, é uma manifestação do fenômeno da vida, marcado por mudanças determinadas pela passagem do tempo. Trata-se de um processo natural, gradativo e irreversível. A velhice é, portanto, parte integrante do ciclo natural da vida: nascer, crescer, amadurecer, envelhecer e morrer, constituindo-se em uma experiência individualizada e única.

Com efeito, de acordo com as abordagens atuais, os termos “velhice” e “envelhecimento”, apesar de se encontrarem relacionados no mesmo processo, possuem significados distintos. Esta distinção fica evidente na definição apresentada por Costa (1998, p. 26), segundo a qual,

Envelhecimento: processo evolutivo, um ato contínuo, isto é, sem interrupção, que acontece a partir do nascimento do indivíduo até o momento de sua morte [...] é o processo constante de transformação.

Velhice: é o estado de ser velho, o produto do envelhecimento, o resultado do processo de envelhecer.

Portanto, como deixa evidente a passagem acima, o envelhecimento é um processo que inicia no nascimento dos indivíduos e finda na sua morte. Não se trata de um processo com data marcada, acompanhando os indivíduos durante toda a sua vida, o que os torna mais jovens ou mais velhos em relação aos demais. Por outro lado, a velhice designa uma etapa da vida, e decorre do processo de envelhecimento.

Ainda com relação à distinção entre velhice e envelhecimento, a encontramos no agora clássico *A Velhice*, de Simone de Beauvoir (1990). Também para a autora, a velhice não encerra um fato estático, mas é “[...] o resultado e o prolongamento de um processo [...]”, a saber, o envelhecimento. (BEAUVOIR, 1990, p. 17).

Um dos aspectos mais interessantes do tratamento erigido por Beauvoir em torno da velhice diz respeito à retrospectiva histórica que a autora opera com vista nos modos como a velhice vem sendo interpretada em diferentes épocas e culturas. Segundo a autora, “Para compreender a realidade e o significado da velhice, é, portanto indispensável examinar qual o lugar nela atribuído aos velhos, qual a imagem que deles se tem em diferentes épocas e em diferentes lugares.” (BEAUVOIR, 1990, p. 28).

Com efeito, em algumas culturas, o idoso é identificado como alguém que possui grande sabedoria; em outras, porém, é tido como alguém que já não possui mais utilidade para a sociedade e, em muitos casos, para a própria família.

Segundo Costa (1998), nas antigas culturas e civilizações, a velhice era vista com respeito e veneração, resultado da experiência e do valioso saber acumulado durante os anos.<sup>1</sup>

Na sociedade pré-industrial, o idoso manteve seu lugar de destaque. Perdurava ainda a idéia de que, no decorrer de sua vida, o ser humano acumula papéis sociais e conhecimentos, de modo que, ao envelhecer, deve ser respeitado, valorizado e considerado parte integrante do seu grupo social.

Contudo, o *status* privilegiado que a velhice angariou durante a Antigüidade e Idade Média viria a ser subvertido com o advento da sociedade industrial. Segundo Bossi (1973, p. 35),

---

<sup>1</sup> Ver também BEAUVOIR, 1990.

A sociedade industrial é maléfica para a velhice [...] Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai a sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho [...] A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência a sua obra. Perdendo a força de trabalho, já não é produtor nem reproduzidor.

Assim, com a erupção da industrialização, o que tem valor é a força física e, conseqüentemente, a juventude ocupa um lugar central, e o idoso, por outro lado, que até então era considerado e respeitado pelo acúmulo de experiências e conhecimentos, já não tem mais tanto espaço. Ou seja, ao desvalorizar a experiência em detrimento da primazia da força física, a sociedade praticamente condena o idoso ao ostracismo do cenário social.

Deste modo, nas sociedades modernas a velhice converte-se em sinônimo de recusa e banimento. Conforme observou Almeida (2003, p. 41), uma

[...] Recusa vestida com diferentes roupagens: algumas, bastante evidentes, passam pela segregação e pelo isolamento social, pela ruptura dos laços afetivos, familiares e de amizade, pela negação do direito de pensar,, propor, decidir, fazer, pela expropriação do próprio corpo; outras, mais sutis, são encontradas no tom protetor, muitas vezes cercado de cinismo, com que lidamos com nossos “velhinhos”.

Entre as múltiplas formas assumidas pela negação da velhice podemos destacar a tentativa crescente de retardar a mesma através do desenvolvimento de novas tecnologias como, *in exempli*, “as pílulas milagrosas”. E a mídia reserva um espaço considerável para a divulgação dessas tecnologias e pesquisas que tem o objetivo de nos proteger da velhice.

Outro aspecto que deve ser considerado com relação à recusa da velhice é o fato de que, na sociedade moderna, o idoso na maioria dos espaços em que está inserido, tem o seu direito de pensar negado. Ou seja, consideramos que o idoso não tem condições para resolver sequer as pequenas atividades do dia a dia, e, assim, negamos a possibilidade do mesmo constituir-se como sujeito.

Por estas razões, enfatiza Beauvoir (1990, p. 08), considerando-se a atual conjuntura social, “[...] a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar [...]”. Por isto, continua a mesma autora, “Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como parias [...].” (BEAUVOIR, 1990, p. 08). Faz-se mister, então, “quebrar a conspiração do silêncio”,



e passar a aceitar a velhice como algo próprio do ser humano, algo inerente ao processo natural da vida.

No atual contexto social, a discussão em torno da velhice é tomada de uma pluralidade de sentidos e conceitos, de modo que qualquer tentativa de discorrer sobre os seus múltiplos aspectos converte-se num projeto desafiador. Ora, como pontuou Neri (1991, p. 33),

[...] o próprio fenômeno da velhice tem múltiplos significados, contextualizadas por fatores individuais, interindividuais, grupais e socioculturais. O conhecimento científico, também contextualizado por esses fatores, desempenha um papel fundamental na atribuição de significados a esse objeto, à medida que justifica, explica e legitima determinadas práticas e atitudes em relação à velhice.

De fato, quando abordada sob o ponto de vista estritamente biológico, a questão em torno da velhice assume contornos mais simples. Contudo, quando consideramos o homem integralmente, a mesma problemática cresce vertiginosamente em complexidade. Por conseguinte, não podemos reduzir a velhice a uma análise puramente biológica, orgânica, pois o resultado será uma análise fragmentária e parcial. Portanto, é preciso assumir um ponto de vista mais abrangente.

Neste ínterim, para Singer (1992), a velhice é um subproduto obtido sócio-culturalmente. Já para Beauvoir (1990), a velhice possui, sim, uma contraparte biológica; mas também uma contraparte psicológica, isto é, uma dimensão existencial, assim como todas as situações humanas, já que modifica a relação do homem com o tempo, com o mundo e com a própria história.

A caracterização da noção de velhice ensejada por Beauvoir é corroborada pela definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao defini-la como o “[...] prolongamento e o término de um processo representado por um conjunto de modificações fisiomórficas e psicológicas ininterruptas à ação do tempo sobre as pessoas.” (OMS, 2001 apud PEREIRA, 2002, p. 32).

Note-se que, assim como a caracterização endossada por Beauvoir, também a definição da OMS concebe a velhice como conseqüência do processo de envelhecimento e, como tal, um processo ininterrupto que acompanha o indivíduo ao longo de toda a existência.

Com efeito, são duas grandes variáveis que regulam o comportamento social e as relações entre indivíduos e grupos em qualquer sociedade: a idade cronológica

e o sexo. No que tange à idade, observa Fraiman (1995) que esta pode ser vista sob diferentes perspectivas. Segundo o autor, podemos distinguir três noções básicas associadas à idade:

Idade cronológica – utilizada principalmente para delimitar a idade do ser humano através do tempo, embora seja objetivamente mensurável, é a que menos caracteriza condições individuais;

Idade biológica – corresponde à idade que o organismo demonstra. Algumas pessoas, embora com a mesma idade cronológica, não possuem a mesma idade biológica. Esta ligada ao ambiente em que o indivíduo está inserido;

Idade social – determinada por regras e expectativas sociais, categoriza as pessoas em termos de direitos e deveres que têm como cidadãos;

Idade existencial – refere-se ao somatório de experiências pessoais e de relacionamentos, da riqueza vivenciada, refletida e acumulada ao longo dos anos. É a menos levada em consideração para fins sociais, econômicos e administrativos. (FRAIMAN, 1995, p. 12).

A polissemia em que se encontra envolto o conceito de idade evidencia o equívoco subjacente aos tratamentos que consideram a velhice apenas sob a perspectiva da idade cronológica, ou do sexo. Ora, como vimos anteriormente, a velhice não pode ser analisada apenas sob um ponto de vista, haja vista que ela implica múltiplas dimensões, a saber, a biológica, a psicológica, a existencial, a cultural, a social, a econômica, a política, a demográfica, entre outras. Por conseguinte, quando falamos em velhice, devemos atentar para todas estas dimensões; caso contrário, correremos o risco de atrofiar nosso entendimento acerca do significado da velhice. Além do mais, considerar apenas a idade cronológica pode gerar estigmas em torno da velhice, pois desconsidera as diferenças individuais. Ou seja, os indivíduos que se encontram numa mesma faixa etária são submetidos a determinadas normas sociais que lhes indicam o que é viável, ou não, à sua idade.

Considerar a velhice um produto histórico-cultural permite, segundo Debert (1992), que sejam evitados boa parte dos equívocos elencados acima. Para a autora, enquanto um produto histórico-cultural, a velhice se inscreve atualmente na pauta de diversos segmentos da sociedade, recebendo a atenção de profissionais de diversas áreas, das organizações governamentais e não governamentais. Muito embora caracterizada prioritariamente sob o enfoque das alterações físicas, o tratamento da velhice não pode desvincular-se dos aspectos psicossociais, culturais e políticos que lhe amparam. Neste sentido, o idoso deve ser percebido não como objeto, que é uma característica muito presente na sociedade capitalista, mas como

sujeito capaz de construir sua própria história, acumulando suas vivências e experiências das várias etapas da sua vida.

Por conseguinte, ao partir da perspectiva antropológica, na qual a velhice consta como uma categoria social, Debert (1998, p. 50) ressalta que

As representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. A mesma perspectiva orienta a análise das outras etapas da vida, como infância, adolescência e juventude.

A velhice, enquanto categoria construída socialmente, tem sido vista e tratada de diferentes modos, variando de acordo com os períodos e a estrutura social, cultural, econômica e política de cada povo. Ora, nesta abordagem, aparece como fundamental o fato de que a sociedade a que pertencem esses homens e mulheres impõe uma norma de relacionar-se com a vida, que é definida culturalmente.

É nesta perspectiva, pois, que iremos trabalhar no decorrer de nosso estudo, a saber: a velhice como categoria social.

## 2.2 A VELHICE COMO CATEGORIA SOCIAL

A condição humana ganha conteúdo e direção na singularidade dos espaços sociais e culturais, onde o grande desafio é garantir a produção e a reprodução da existência. Como enfatizamos anteriormente, o sexo e a idade sempre funcionaram, universalmente, como princípios de organização e classificação social, assumindo conteúdos particulares no espaço e no tempo.

Não obstante isto, como pontuou Almeida, (2003, p. 39),

O lugar atribuído e ocupado por homens e mulheres, crianças, jovens adultos e velhos decorre das soluções encontradas, por cada coletividade, para responder aos imperativos de sua existência; como “lugares sociais” revestem-se de valores e juízos morais. Por outro lado, este processo de classificação a partir destes determinantes biológicos não é estático nem imutável, mas dinâmico e constantemente renovado, mesmo naquelas sociedades que, aos olhos do pensamento ocidental, parecem ter “parado no tempo”.

Por conseguinte, ainda que partamos dos aspectos puramente biológicos que subjazem ao processo de envelhecimento, a compreensão da velhice exige que a consideremos não como um processo estático e imutável, mas dinâmico e mutável,

perpassando todo o *life time* humano. Ora, também o processo classificatório a partir dos critérios biológicos é passível de mudanças e dinâmico.

Foi durante a modernidade que a classificação em diferentes etapas de vida assumiu seus traços mais característicos. Este processo tomou como eixo para a construção social da velhice a nova configuração das relações entre o trabalho e o capital. Segundo Birman (apud Almeida 2003, p. 40),

Estando em pauta a possibilidade sócio-política de reprodução e acumulação da riqueza, as diferentes etapas etárias da história do indivíduo passaram a adquirir valores diversos, de acordo com suas possibilidades para a produção de riqueza. A velhice passa a ocupar um lugar marginalizado. Na medida em que a individualidade já teria realizado seus potenciais evolutivos, perderia então seu valor social. (1995: 33).

O mesmo ponto de vista é compartilhado por Beauvoir (1990, p. 110), ao afirmar que, enquanto categoria social, o velho

[...] nunca interveio no percurso do mundo. Enquanto conserva uma eficácia, ele permanece integrado à coletividade e não se distingue dela: é um adulto macho de idade avançada. Quando perde suas capacidades, aparece como outro; torna-se então, muito mais radicalmente que a mulher, puro objeto; ela é necessária à sociedade; ele não serve para nada: nem valor de troca, nem reprodutor, nem produtor, não passa de uma carga.

Na medida em que a velhice ocupa um lugar marginal na sociedade, o culto à eterna juventude passa a protagonizar no novo contexto. Os esforços para retardar os aparentes sinais da velhice são enormes e reforçados pelo grande número de produtos e bens colocados à disposição do consumidor. Para Featherstone (apud Almeida 2003, p. 44),

Dentro de uma cultura de consumo, pragmática, não é surpreendente que as pessoas prestem mais atenção ao seu aspecto, porque ele é uma forma de poder [...]. O poder não vem somente do dinheiro ou do capital cultural, mas também do corpo.

De fato, nas sociedades modernas ampliam-se cada vez mais as pesquisas voltadas para retardar os efeitos da velhice, dentre as quais, muitas são bem sucedidas com relação ao físico e à aparência, em decorrência do grande avanço e crescimento da indústria farmacêutica. Nesta jornada contra a velhice, segundo Almeida (2003, p. 44), “[...] há que se destacar o considerável espaço reservado pela mídia para a divulgação de ‘achados’ e tecnologias capazes de nos ‘proteger’ da velhice.”

Como se pode depreender do que foi dito acima, o contexto atual no qual se encontra inserido o debate em torno do envelhecimento insinua a tese de que é

necessário nos proteger da velhice, quando, ao contrário, devemos nos preparar para o acolhimento desta etapa da vida que, sem dúvida, não teremos como fugir ou forjá-la, por mais avançados que sejam os produtos e tecnologias – ainda que a lógica de mercado capitalista enfatize o desenvolvimento e o consumo destes produtos e tecnologias por parte dos indivíduos.

As ações de proteção e inclusão social dos idosos, bem como a qualidade de atendimento a esta demanda, dependem ou são norteados pelos valores intrínsecos à representação que a sociedade tem da velhice. Neste sentido, faz-se mister desconstruir o atual modelo de velhice erigido sob o ponto de vista estritamente econômico, caracteristicamente discriminatório. Este trabalho de desconstrução dos estigmas em torno da velhice encontra respaldo nas atuais políticas sociais.

### 3 O ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS

O fenômeno do envelhecimento da população mundial não é uma preocupação recente dos órgãos públicos. Países como a China e Japão, além de países membros da Comunidade Européia e da América do Norte, convivem com ele há muito tempo.

Nos últimos anos, porém, o tema passou a figurar no topo da pauta de preocupações de várias nações, adquirindo um *status* nunca antes presenciado no cenário mundial.

#### 3.1 A POPULAÇÃO IDOSA MUNDIAL

Segundo Berzins (2003), os estudos realizados recentemente em torno da transição demográfica mundial evidenciam que o fenômeno do envelhecimento da população planetária encontra-se arraigado a uma imbricada trama de eventos e suposições. Para o autor, quatro considerações fulcrais não podem ser omitidas neste contexto:

- O envelhecimento da população mundial ocorre sem precedentes na história;
- O envelhecimento populacional é um fenômeno geral e afeta a todos – homens, mulheres e crianças. A solidariedade e a intergeracionalidade devem ser a base das ações da sociedade civil e dos estados;
- O envelhecimento é importante e tem conseqüências em todos os setores da vida humana, tais como econômico, saúde, previdência, lazer, cultura;
- O envelhecimento populacional está se processando de forma gradual, contínuo e irreversível e transcorrerá acentuadamente no século XXI.(BERZINS, 2003 p.21)

Estas mesmas considerações são corroboradas na projeção divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 11 de abril de 2007, segundo a qual “[...] as pessoas com mais de 60 anos representarão 32% da população mundial em 2050 e superarão pela primeira vez na história o número de crianças”. (ONU, 2007).

Atualmente, vale dizer, a população mundial é composta por 28 % de crianças (menores de 15 anos), 18% de jovens (entre 15 a 24 anos), 44% de população economicamente ativa (de 25 a 59 anos) e os 10% restantes corresponderiam aos idosos (acima de 60 anos).

No que diz respeito apenas à atual população idosa mundial, segundo o mesmo relatório das Nações Unidas, esta se encontra distribuída do seguinte modo

entre os continentes: Ásia: 54%; Europa: 24%; América do Norte: 8%; América Latina e Caribe: 7%; África: 7%.

Se as projeções apresentadas pela ONU estiverem corretas, a saber, que a população idosa atingirá 32% da população mundial em 2050, isto significa que neste período o número de idosos terá triplicado – o que representaria um aumento de 705 milhões para quase 2 bilhões de indivíduos.

Ora, como se pode depreender do que foi dito acima, os estudos realizados não apenas autorizam as projeções de que a população mundial está envelhecendo, mas também que seu ritmo é bastante acentuado.

Neste ínterim, o envelhecimento populacional tornou-se uma conquista e também um desafio, principalmente para países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, que carecem da infra-estrutura necessária ao atendimento da nova demanda de idosos.

### 3.2 A POPULAÇÃO IDOSA BRASILEIRA

O envelhecimento populacional brasileiro, como nos demais países, vem crescendo de forma muito rápida. Isto tem feito com que os diversos setores da sociedade e do meio acadêmico e científico se preocupem em debater e estudar o assunto.

Segundo dados do Censo 2000, realizado através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira encontra-se dividida do seguinte modo:

Tabela 1 – Censo Demográfico 2000

Grupos de Idade	Total	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	16.375.728	8.326.296	8.048.802
5 a 9 anos	16.542.327	8.402.353	8.139.974
10 a 14 anos	17.348.067	8.777.639	8.570.428
15 a 19 anos	17.939.815	9.019	8.920.685
20 a 29 anos	29.991.180	14.862.546	15.128.634
30 a 59 anos	57.066.024	27.653.637	29.412.387
60 anos ou mais	14.536.029	6.533.784	8.002.245
Total	169.799.170	83.576.015	86.223.155

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

No mesmo estudo consta que, em 2000,

[...] a população de 60 anos ou mais de idade, no Brasil, era de 14 536 029 de pessoas, contra 10 722 705 em 1991. O peso relativo da população idosa no início da década representava 7,3%, enquanto, em 2000, essa proporção atingia 8,6%. Neste período, por conseguinte, o número de idosos aumentou em quase 4 milhões de pessoas, fruto do crescimento vegetativo e do aumento gradual da esperança média de vida.

Para Berzins (2003), haja vista o acentuado crescimento da população idosa no Brasil nas últimas décadas, com destaque para a população idosa feminina que, conforme evidencia a tabela acima, supera a população idosa masculina, faz-se mister criar mecanismos capazes de satisfazer as necessidades individuais de homens e mulheres. Conforme salienta o autor,

A velhice é uma experiência que se processa diferente para homens e mulheres, tanto nos aspectos sociais como nos econômicos, nas condições de vida, nas doenças e até mesmo na subjetividade. [...] Satisfazer as necessidades individuais dos homens e mulheres idosos é o grande desafio. (BERZINS, 2003, p. 28).

A discussão instaurada em torno do crescimento da população idosa no Brasil não abrange apenas a observância às diferenças individuais dos homens e mulheres idosos, mas conclama a instauração de um debate em torno da necessidade de regulamentação e efetivação dos direitos dos idosos. Para tanto, constitui condição necessária a união de esforços entre o poder público e a sociedade em geral no sentido de implementar as políticas públicas capazes de assegurar a inclusão social destes indivíduos

### 3.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS AO IDOSO

De fato, diante do fato inexorável do aumento da população idosa, cresce também a necessidade da criação de políticas sociais que viabilizem ações de atendimento e acolhimento ao idoso. Ora, este crescimento populacional representa novas demandas por serviços, benefícios e atenções que constituem verdadeiros desafios para os governantes, para a sociedade em geral e para o Serviço Social, seja como objeto de estudo acadêmico, ou como problema social que requer a atenção dos profissionais desta área.

Com efeito, a efetivação das políticas sociais está diretamente relacionada ao regime político do Estado – independentemente da área focada, isto é, saúde, educação, criança e adolescente, idoso, entre outros. No Brasil, o Estado tem nas



políticas sociais um dos instrumentos de controle sobre a sociedade e, no Serviço Social, um dos instrumentos de planejamento e execução dessas políticas.

Por conseguinte, através das políticas sociais, o Estado deveria reunir os implementos necessários para subsidiar aos idosos, ou qualquer outro segmento social, melhores condições de vida e de cidadania. Porém, em sua maioria, tais políticas são excludentes e fragmentadas, suprimindo apenas parcialmente as carências verificadas. Aliás, historicamente falando, as políticas sociais foram criadas com o objetivo de minimizar conflitos e atender aos interesses das classes dominantes apenas, não havendo qualquer preocupação com o atendimento aos problemas das camadas sociais menos abastadas.

Atualmente, contudo, entende-se por política social “[...] o funcionamento de instituições, mecanismos ou programas destinados a reduzir as desigualdades sociais ou atender grupos populacionais considerados socialmente problemáticos”. (DEMO, 1978, p.32). Deste modo, em última instância, as políticas sociais encerram uma tomada de posição face às necessidades para subsistência, entre as quais, saúde, educação, segurança e integração social.

Segundo Bruno (2003), a Constituição de 1988 deu um grande salto quanto ao atendimento das camadas menos favorecidas da população brasileira. Conforme pontuou o autor,

O processo de elaboração da Constituição de 1988 possibilitou a participação efetiva da sociedade e culminou na garantia da elaboração de diversas leis que vieram atender expectativas demandadas pelos mais diversos segmentos sociais. (BRUNO, 2003, p. 78).

Entre outras coisas, isto significa que, no Brasil, o idoso teve assegurada sua visibilidade na agenda política do país a partir do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, conforme vislumbraremos a seguir.

### **3.3.1 Constituição Federal**

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na história da justiça social e da evolução política do país no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos sociais. Isto foi possível em decorrência da introdução em seu escopo do conceito de Seguridade Social, fazendo com que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de cidadania.

Ora, é precisamente neste novo contexto inaugurado pela Constituição que a sociedade passou reconhecer os idosos como sujeitos de direitos e deveres, possuindo características próprias e peculiares à sua faixa etária. Neste ínterim, afirma a Constituição Federal em seus artigos 229 e 230:

Art. 229 – Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidades.

Art. 230 – A família, a sociedade e o estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A legislação brasileira procurou adequar-se a tal orientação, porém ainda era pouco para atender todas as necessidades dos idosos. Deste modo, diversos setores da sociedade civil se mobilizaram em busca de uma legislação específica para os idosos, a saber: o Plano Nacional do Idoso.

### 3.3.2 Plano Nacional do Idoso

Através da Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, foi instituída a Política Nacional do Idoso (PNI), tendo sido regulamentada em 03 de julho de 1996, através do decreto de Lei Federal n. 1.948.

Um dos aspectos que mais chama atenção em relação ao Plano Nacional do Idoso, e que por isso merece destaque, é o fato de que essa lei foi reivindicada pela sociedade, sendo o resultado de inúmeras discussões e consultas ocorridas nos estados brasileiros.

O Plano Nacional do Idoso criou normas para os direitos sociais dos idosos, buscando garantir autonomia, integração e participação efetiva dos mesmos na sociedade, caracterizando-se, assim, como instrumento de cidadania.

Tendo em vista este propósito *mor*, o PNI pautou-se em dois eixos básicos:

- (i) a *proteção social*, que inclui as questões de saúde, moradia, transporte, renda mínima; e
- (ii) a *inclusão social*, que trata da inserção e reinserção social dos idosos por meio da participação em atividades educativas, sócio culturais, organizativas, saúde preventiva, desportivas, ação comunitária. Além disso, trabalho e renda, com incentivo à organização coletiva na busca associada para produção e geração de renda como cooperativas populares e projetos comunitários. (BRUNO, 2003, p. 78).

Não obstante o PNI destinar-se preferencialmente às pessoas maiores de 60 anos tendo em vista a promoção do envelhecimento saudável, as ações práticas que ele compreende não se destinam apenas aos idosos, mas também àqueles que irão envelhecer.

Com relação às competências endereçadas às entidades públicas, Lima (2001, p.124) destaca que,

Com a aprovação da Política Nacional do Idoso e sua implementação [...] fica claro o papel do Estado diante da questão social do idoso: consolidar uma disposição em transformar o idoso em um sujeito assistido, em um cliente com autonomia; privilegiar prevenção no lugar de “tratamento”, “cedendo”, ainda que indiretamente, parte das responsabilidades sobre a forma como se envelhece o próprio sujeito, bem como estabelecer parcerias e divisão de responsabilidades junto a outros agentes.

Com efeito, um dos objetivos primordiais da Política Nacional do Idoso era de servir de instrumento referencial para o trabalho com este segmento. Contudo, observa-se que tal política foi pouco explorada e apropriada pelos profissionais e pelos próprios idosos, no sentido de exigirem a garantia de seus direitos sociais.

Deste modo, as políticas públicas implementadas pela Lei 8.842/94 não foram capazes de garantir a manutenção dos direitos sociais dos idosos. Mais uma vez a sociedade civil organizada mobilizou-se a favor dos idosos, esforço este compensado na instituição do Estatuto do Idoso.

### **3.3.3 Estatuto do Idoso**

O Estatuto do Idoso (EI) foi instituído pela Lei Federal n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Em seu escopo, foram definidas as medidas de proteção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Como os direitos dos idosos não haviam sido contemplados com a Lei 8.842/94, o PNI, uma vez que não houve a efetivação das políticas públicas nela estabelecidas, o EI consistiu num grande salto na consecução destas mesmas políticas públicas.

Esta afirmação é corroborada por Sandra de Oliveira Julião, em seu artigo, intitulado, *Uma nova lei: O Estatuto do Idoso*, ao salientar a importância do EI como garantia para a operacionalização das políticas públicas voltadas aos idosos. Conforme a autora,

[...] o Estado não se instrumentalizou para assegurar aquilo que havia sido previsto em lei. E, o pior, não havia nenhuma previsão legal de qualquer penalidade para o caso de omissão ou descumprimento daquilo que estava disposto naquela legislação, que é meramente programática. Por essa razão, cresceu a necessidade de um Estatuto, onde seriam estabelecidas sanções penais e administrativas para quem descumprisse o direito dos idosos, ali estabelecidos. (JULIÃO, 2004, p.12).

Em audiência pública, decidiu-se trabalhar o projeto de Lei do EI nos mesmos moldes do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de criar medidas de proteção ao idoso.

Neste ínterim, em seu Artigo 9º, o EI estabelece: “É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

No Artigo 2º da mesma Lei, fica estabelecido o acesso aos direitos dos idosos:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Sempre que estes direitos forem ameaçados ou violados, tanto por omissão do Estado, omissão ou abuso da família, do curador ou da entidade de atendimento, os mesmos estarão sujeitos às penalidades previstas no Estatuto.

Contudo, por mais que o EI tenha sido considerado uma inovação na área das políticas públicas voltadas ao atendimento desta demanda, perdura ainda um enorme “[...] distanciamento entre a legislação e a realidade dos idosos no Brasil.” Deste modo, “[...] para que essa situação se modifique, é preciso fomentar o debate e estimular a mobilização permanente da sociedade”. (BRUNO, 2003, p. 79).

Por outro lado, é importante destacarmos alguns aspectos positivos do Estatuto, *in exempli*, o fato de que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de Ação Pública Incondicionada, ou seja, o Ministério Público pode apresentar denúncia, mesmo que o idoso violentado não deseje representar contra seu agressor. Outro aspecto positivo importante é que há um aumento significativo nas responsabilidades das entidades de atendimento, de modo que, em caso de descumprimento das previsões legais, estão sujeitas a sanções administrativas.

Ademais, o EI permitiu considerar a questão do envelhecimento dentro da ótica de uma legislação específica, conforme afirmamos anteriormente, visando a garantia dos direitos dos idosos, a criação de condições dignas para promover sua autonomia e integração na sociedade.

Porém não devemos considerar o Estatuto como algo estático, acabado, mas um *corpus* em transformação. Deste modo, para que tenhamos uma efetiva

implementação do que está previsto em seus artigos, é necessário que toda a sociedade e, principalmente, os idosos não se omitam diante das situações que vão contra o que está assegurado no Estatuto. Conforme pontuou Salgado (1999, p. 09), “Essa é uma responsabilidade que todos teremos que assumir: Lutar por um sistema mais justo e por uma cultura mais receptiva, mais condizente com a realidade de nosso envelhecimento.”

Para quebrarmos esta barreira que há entre a Lei e a realidade dos idosos no Brasil, é preciso que o Estatuto continue a ser reivindicado e debatido em todos os espaços possíveis. Pois é através da mobilização permanente da sociedade que conseguiremos configurar um novo olhar sobre o processo de envelhecimento.

## 4 MÍDIA E IDEOLOGIA

As noções de mídia e ideologia sempre apresentaram vínculos estreitos. Contudo, nos últimos anos, mais do que nunca, os meios de comunicação tem se mostrado como uma importante ferramenta no processo de formação ideológica.

Ora, o objetivo da presente seção consiste precisamente nisso, abordar a relação entre mídia (escrita) e ideologia, mais especificamente, o papel desempenhado pela mídia na determinação de ideologias. Para tanto, primeiramente adentraremos a noção de ideologia, prestando atenção também ao contexto histórico do seu surgimento até alcançarmos o seu uso atual. Feito isto, procederemos a uma breve apreciação das engrenagens da mídia escrita, já tendo em vista sua função na formação e veiculação ideológica.

### 4.1 IDEOLOGIA: GÊNESE HISTÓRICA E SIGNIFICADO

A origem do termo ideologia remonta ao século XIX, tendo sido apresentado primeiramente por Destut de Tracy, em 1801, na obra intitulada *Elementos de Ideologia*. (CHAUÍ, 1986, p. 22).

Em seu sentido originário, o termo era empregado para designar “a análise das sensações e das idéias”. (ABBAGNANO, 2000, p. 531).<sup>2</sup> Neste íterim, afirma Abbagnano (2000, p. 531), “A ideologia constituiu a corrente filosófica que marca a transição do empirismo iluminista para o espiritualismo tradicionalista e que floresceu na metade do século XIX.”

Uma mudança significativa no sentido do termo ideologia viria a ocorrer com o desgaste das relações então existentes entre os ideólogos franceses e Napoleão Bonaparte. Os primeiros se autodenominavam antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos, e em geral pertenciam ao partido liberal. Ansiosos por mudanças, apoiaram Napoleão no Golpe do 18 Brumário. Contudo, com a restauração do Antigo Regime, passaram a fazer oposição a Napoleão. Em resposta, além das exonerações dos cargos antes ocupados pelos ideologistas, em 1812, Napoleão proferiu um discurso ao Conselho de Estado, onde afirmava: “Todas as desgraças que afligem a nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas

---

<sup>2</sup> Ver também CHAUÍ, 1986.

bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história” (apud CHAÚÍ, 1986, p. 24). Segundo Chauí (1986), este discurso teria inaugurado o sentido pejorativo do termo ideologia, ao associá-lo a “sectários” ou “dogmáticos”, querendo com isso caracterizá-los como indivíduos desprovidos de senso político e de vínculos com a realidade. Aí tem origem o significado moderno do termo ideologia, a saber: “[...] doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam.” (ABBAGNANO, 2000, p. 532).

Não obstante o termo ideologia figure nas obras dos sociólogos Auguste Comte e Émile Durkheim, é com o filósofo alemão Karl Marx que o termo assume conotação política. (MARCONDES FILHO, 1985).<sup>3</sup> Embora não haja consenso entre os estudiosos quanto a uma definição unívoca do termo ideologia na obra de Marx, em termos gerais, podemos afirmar que a compreensão do seu significado passa pela oposição existente entre a classe da burguesia e a classe do proletariado.

No contexto da obra de Marx, a luta de classes não ocorre apenas no âmbito prático, mas também no âmbito ideológico. Por conseguinte, assim como há a divisão social entre burgueses e proletários, há também a divisão entre o pensamento burguês e o pensamento proletário. Segundo Marcondes Filho (1985, p. 15),

O pensamento proletário era um conjunto de idéias, valores, normas, aspirações dos trabalhadores e da classe social mais baixa, que naquela época vivia miseravelmente, nada possuía, trabalhava mais de 14 horas por dia e havia iniciado a implantação das indústrias na Europa. Em resumo: não tinha nenhum tipo de vantagem, regalia ou direito. Às idéias dos trabalhadores contrapunham-se as idéias dos burgueses (dos proprietários e dos patrões, em última análise).

Nesta acepção geral, portanto, ideologia nada mais é do que o conjunto de idéias possuídas por proletários, de um lado, e burgueses, de outro. É bem verdade que esta definição é bastante ambígua. Daí a dificuldade em se encontrar uma definição unívoca de ideologia tal como o termo é empregado por Marx e seu colaborador, Engels. (SCHNEIDER, 2006).<sup>4</sup> Para muitos autores, isto se deve ao fato de que ambos não estavam preocupados com questões ideológicas, mas antes com a prática política. (MARCONDES FILHO, 1985).

<sup>3</sup> Para detalhes sobre o significado do termo ideologia nas obras de Comte e Durkheim, ver CHAÚÍ, 1986.

<sup>4</sup> Ver também LARRAIN, 1996.

Não obstante todo o descaso, por assim dizer, de Marx e Engels com relação à ideologia, segundo Larrain, podemos vislumbrar uma definição *negativa* do termo.<sup>5</sup> Neste sentido, Marx associa ao termo ideologia a idéia de “falsa consciência”, resultado de uma representação distorcida das relações sociais tais como estas se apresentam na realidade – ainda que Marx nunca tenha empregado a expressão “falsa consciência” e Engels a tenha usado apenas uma vez. (LARRAIN, 2006). Deste modo, a palavra ideologia passou a significar uma explicação equivocada, uma explanação intencionalmente falsa dos fatos em torno da luta de classes. (MARCONDES FILHO, 1985). É curioso notar, contudo, que

Quando Marx fala em ideologia, ele sempre se refere a um tipo de distorção ou inversão da realidade. Ele nunca se refere à sua própria teoria como uma ideologia ou uma ideologia proletária, nem jamais considera a possibilidade de uma ideologia servir aos interesses do proletariado. (LARRAIN, 1996, p. 54).

Foi com Lênin, seguidor de Marx e Engels e um dos líderes da Revolução Russa de 1917, que se evidenciou a existência de uma ideologia proletária para além da ideologia dominante, isto é, burguesa. Segundo assinala Marcondes Filho (1985, p. 17),

Lênin sabia claramente que, tanto os trabalhadores, quanto os patrões, possuíam idéias próprias, específicas, e para ele o conceito de ideologia era um conceito muito claro: havia duas ideologias na sociedade, a ideologia proletária e a ideologia burguesa.

Deste modo, Lênin, contrariamente a Marx e Engels, abandona a concepção negativa associada à ideologia, isto é, a idéia de que esta consiste numa forma específica de distorção da realidade social. Ademais, o conceito de ideologia passou a ocupar lugar de destaque no debate em torno da luta de classes, não mais figurando em segundo plano, como pretendia Marx e Engels ao priorizar o problema político.

Pois bem, uma importante ampliação do conceito de ideologia se seguiria à Revolução Russa de 1917, mantendo-se até os dias de hoje. Em grande medida, este alargamento se deve ao desenvolvimento político e econômico que floresceu na Europa durante a década de 1920. Uma das características mais marcantes deste processo foi o que Marcondes Filho (1985) denominou de “integração” do operário na vida cultural da sociedade. Por meio desse processo os ideais burgueses passaram a integrar as idéias dos trabalhadores, tendo contribuído decisivamente

---

<sup>5</sup> Aliás, para Larrain (1996), dentro da tradição do pensamento marxista o termo ideologia assume duas acepções diferentes, uma *neutra* e outra *negativa*. (SCHNEIDER, 2006).



para isso o aparecimento dos grandes meios de comunicação, como o rádio, o cinema e, em alguns casos, o jornal. Segundo Marcondes Filho (1985, p. 17),

Ocorreu nesse momento um outro fenômeno: a partir de então, os problemas políticos e econômicos, que tinham sido tão importantes nas lutas dos trabalhadores para conseguir melhores vantagens, estavam sofrendo a concorrência dos problemas de ordem ideológica.

Deste modo, a confrontação que antes ocorria apenas no plano prático, nas portas das fábricas e nas ruas, agora avançara para o plano ideológico. Esta transposição culminou com a diluição da ideologia ou cultura proletária. Contribuíram para isso o fracasso do Movimento Operário Internacional e sua revolução socialista (declarado primeiramente por Lukács), as mudanças das condições dos trabalhadores nos países desenvolvidos, e a maximização da importância “[...] dos meios de comunicação na sociedade atuando diretamente na consciência das pessoas e mexendo com as suas ‘cabeças’”. (MARCONDES FILHO, 1985, p. 18).

Antes, porém, de nos ocuparmos com a função desempenhada pela mídia (escrita) no processo de formação e propagação ideológica, é preciso, antes, especificarmos as características principais compreendidas pela noção de ideologia no atual contexto.

#### 4.1.1 Ideologia: Uma Breve Caracterização<sup>6</sup>

A questão da ideologia, atualmente, transcendeu o âmbito meramente político; não se trata apenas de ser a favor ou contra o proletário ou a burguesia, contra ou a favor do capitalismo ou do socialismo. Neste sentido, para uma compreensão adequada do que é ideologia hoje precisamos concebê-la a partir da relação do indivíduo com as formas de poder que ele experimenta e que ele desempenha. (MARCONDES FILHO, 1985).

Segundo Marcondes Filho (1985), qualquer caracterização do que é ideologia hoje deve considerar pelo menos seis aspectos distintos. Na verdade, não se trata apenas de aspectos diferentes da mesma questão, mas de diferentes teses sustentadas com relação à ideologia. São elas:

*Tese 1:* “A ideologia pertence sempre a um grande grupo de pessoas, nunca a um sujeito separadamente.”

*Tese 2:* “A ideologia vive fundamentalmente de símbolos, ela trabalha com símbolos e é formada por estereótipos.”

*Tese 3:* “Valor é alguma coisa que o indivíduo preza, algo pelo qual a pessoa tem grande consideração.”

<sup>6</sup> Em nossa breve caracterização iremos seguir o tratamento dado por Marcondes Filho (1985) ao tema.

*Tese 4:* “Ideologia é uma forma de ver o mundo, ou seja, é uma ‘visão de mundo’.”

*Tese 5:* “A ideologia possui também uma grande capacidade de mobilizar as pessoas e as massas.”

*Tese 6:* “A ideologia mostra-se como progressista, avançada ou revolucionária, não pelas declarações, pela ostentação, pelo que o sujeito fala; ela só o é pela prática, pela ação do sujeito.” (MARCONDES FILHO, 1985 p.35 ).

Vista a partir destas teses, a ideologia é algo que é presenciado no cotidiano, e por isso todos os indivíduos de uma determinada sociedade participam dela, quando defendem “suas” idéias, “seus” costumes, etc. (*Tese 1*). As aspas alertam para o fato de que tais idéias nem sequer pertencem a um único indivíduo. De fato, quando defendemos uma idéia, na verdade repetimos inconscientemente, na maioria das vezes, conceitos e vontades que nos antecedem. Em muitos momentos não temos consciência disso porque a ideologia não fala diretamente, mas simbolicamente. Deste modo, a nossa consciência é constantemente inundada por símbolos, os quais são reunidos e organizados de forma coerente pela ideologia. (*Tese 2*). Nesta mesma relação, assim como ocorre com os símbolos, também são reunidos diferentes valores pelas ideologias. (*Tese 3*). Deste modo, fica claro porque a ideologia consiste também numa cosmovisão, pois implica num modo de se relacionar com os objetos, com as pessoas, idéias, etc. (*Tese 4*). Contudo, a ideologia não é apenas um conjunto de valores, idéias, procedimentos, concepções religiosas, entre outros, pois ela tem a capacidade de “acionar os indivíduos”, fazendo-os agir, tornando-os ativos em diferentes atividades, seja no trabalho, na arte, na ciência, na política, etc. (*Tese 5*). Neste ínterim, é a prática dos sujeitos que determinará se uma ideologia é progressista, avançada ou revolucionária. (*Tese 6*). Não interessa seu discurso, apenas sua prática. (MARCONDES FILHO, 1985).<sup>7</sup>

Pois bem, embora a luta de classes seja um elemento imprescindível à compreensão da ideologia enquanto mecanismo de disseminação e/ou imposição dos ideais de uma determinada classe ou grupo social, em geral, dominante, a ideologia não pode ser reduzida à dualidade proletariado/proprietários. Dito de outro modo, ainda que a ideologia compreenda “[...] o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, se tornam idéias dominantes [...]”, conforme pontuou Chauí (1986, p. 92), ela não se reduz à

---

<sup>7</sup> Ver também CHAUI, 1986.

dimensão política apenas. Há também, como vimos acima, uma série de outros aspectos relacionados a ela.

Dissemos acima que a ideologia é algo explorado cotidianamente, pois, conforme Marcondes Filho (1985, p. 80),

Atuar em sociedade é agir ideologicamente. Não somente a atuação política é ideologia: atuação na vida cotidiana, na decoração da casa, no nosso tipo de roupa, no relacionamento com os amigos, com o cônjuge, em suma, em todas as atividades sociais há ideologia, isto é, *ação orientada para a realização de certos valores de indivíduos, classes ou sociedades inteiras.* (Itálicos do autor).

Por conseguinte, o convívio em sociedade compreende um enorme conflito de ideologias. Para a realização destas ideologias, isto é, para que as pessoas se comportem segundo suas intenções, existem certos lugares (organizações ou instituições) especializados. Existem, assim, determinadas instituições que cumprem com o papel de reforçar as ideologias no cotidiano, merecendo destaque a escola, a Igreja, o Estado, entre outros. Além destas, também os meios de comunicação são responsáveis pela sustentação e disseminação de determinadas ideologias. Deste modo, somos impelidos à investigação do papel da mídia, em particular, da mídia escrita, neste contexto.

## 4.2 A MÍDIA

A mídia ocupa lugar de destaque entre os mais importantes equipamentos sociais de formação ideológica, uma vez que atua no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo. (COIMBRA, 2001). Neste sentido, conforme salientou Guatari & Rolnik (1985, p. 58), os meios de comunicação “falam pelos e para os indivíduos”, orientando-os sobre o que pensar, sentir e como agir.<sup>8</sup> Deste modo, afirma Coimbra (2001, p. 01),

[...] a mídia nos coloca certos temas e nos faz crer que estes é que são os problemas importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar. Através da ininterrupta construção de modelos de unidade, de racionalidade, de legitimidade, de justiça, de beleza, de cientificidade os meios de comunicação de massa produzem formas de existir que nos indicam como relacionar; enfim, como ser e viver dentro de um permanente processo de modelização.

A mídia, portanto, invade e permeia nossas vidas – o que, aliás, encontra-se afim à sua definição etimológica, do latim *medium*, forma substantiva do adjetivo

---

<sup>8</sup> Ver também WINCK, 2007.

*medius*, que quer dizer, “o que está no meio, no centro”, o centro”. (WINCK, 2007).<sup>9</sup> A centralidade ocupada pela mídia na vida das pessoas serve de propulsor às suas ideologias, bem como instrumento de manutenção do *status quo*. (GONÇALVES, 2005). Por conseguinte,

Na mídia encontra-se, atualmente, a forma dominante de cultura (mercantilizada), a qual promove a socialização ao mesmo tempo que ajuda a moldar a identidade das pessoas. Através de um véu sedutor que combina o verbal com o visual, a cultura da mídia – que é a cultura da sociedade – traduz uma ampla dependência entre comunicação e cultura. Através desta inter-relação, divulga determinados padrões, normas e regras, ensina o que é bom e o que é ruim, o que é certo e o que é errado; ajuda a formar identidades, fornece símbolos, mitos e estereótipos através de representações que modelam uma visão de mundo de acordo com a ideologia vigente. (KELLNER, 2001 apud GONÇALVES, 2005, p. 02).

Ora, nesta perspectiva, a mídia dispõe de grande poder de não apenas informar e transformar, mas sobremaneira de formar: identidades, opiniões, modos de existência, estereótipos, ideologias.

No que tange às ideologias, ainda segundo Kellner (2001 apud GONÇALVES, 2005, p. 02),

A ideologia transmitida pela mídia ‘é (geralmente) a do branco, masculino, ocidental, de classe média ou superior; são as posições que vêem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes’. Há, portanto, uma nítida separação em ‘dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder.

Em suma, isto significa que a mídia consiste num modo para a manutenção da ideologia vigente e do *status quo*, disponibilizando de poder suficiente à imposição de padrões, condutas, pensamentos, moda, etc. Neste processo, alienada pelo poder e pela busca de audiência, a mídia banaliza a informação e aliena seu público. (MARCONDES FILHO, 1986).

Ora, com o intuito de aumentar a audiência e a manutenção da ideologia do sistema dominante, a mídia torna-se um tanto promíscua, abandonando o ideal de transmissão do conhecimento para o desenvolvimento do pensamento crítico, e instala em seu lugar informações completamente desprovidas de conteúdo, de embasamento factual, contudo, mais afins à homogeneização das identidades. Conforme Baudrillard (1997 apud GONÇALVES, 2007, p. 03), “Por trás de cada informação, um acontecimento desapareceu; sob a cobertura da informação, um a

---

<sup>9</sup> Ver também FERREIRA, 2004.

um os acontecimentos nos são retirados.” Neste mesmo sentido, ainda segundo o mesmo autor,

[...] o mundo atual se depara com um processo de ‘ofuscamento do saber’, a ‘falsa clareza’, de Adorno e Horkheimer. Vivencia-se o chamado ‘efeito paravento’, de Ramonet [...] – onde um evento desbota outro –, o ‘ocultar mostrando’, de Bordieu [...] – em que a realidade é mostrada de forma distorcida, mascarando alguns elementos. (CRUZ, apud GONÇALVES, 2005, p. 03).

Ora, neste contexto, continua Cruz (apud GONÇALVES, 2005, p. 03), onde a qualidade da informação é inversamente proporcional ao índice de audiência, o racional desaparece em detrimento do conflito, temores e fantasias,

[...] onde o discurso noticioso é substituído por um “discurso publicitário”, homogeneizador de identidades, mercadológico, a-histórico e sem aprofundamento, portanto, desprovido de reflexão – onde os meios ficam impossibilitados de justificar os fins. Se a mídia não chega a “congelar” mentes, no mínimo desvia a atenção dos assuntos realmente relevantes para as vidas receptoras.<sup>10</sup>

Portanto, em muitos casos, a informação, isto é, a notícia veiculada pela mídia tem como propósito central “[...] incentivar permanentemente a passividade, a acomodação e a apatia em seus receptores.” (MARCONDES FILHO, 1986, p. 15). Deste modo, a notícia nada mais é do que a informação transformada em mercadoria, e o receptor (o leitor ou o ouvinte) é o meio para a consecução desta ideologia mercadológica. Neste sentido, a formação ideológica é um subproduto do princípio da maximização dos lucros, um “objeto secundário”, conforme denominou Marcondes Filho (1986, p. 21).

Não obstante isto, a mídia desempenha o papel de formadora de opinião, e não apenas de reforçadora. Salvo raras exceções, a opinião formada e veiculada pelos meios de comunicação é a opinião de maioria, a opinião dominante de grupos, classes, organizações, entre outros. Conforme salientou Marcondes Filho (1986, p. 22), não há como negar que a mídia desempenha um “[...] papel importante na formação de opiniões adaptadas às argumentações particulares e classistas que são emitidas por seus veículos”.

Ao longo deste processo irrompe uma nova subjetividade. Segundo Chauí (1998 apud GONÇALVES, 2005, p. 04),

A sociedade da mídia e do consumo de bens efêmeros, perecíveis e descartáveis engendra uma subjetividade de tipo novo, o sujeito narcisista que cultua a sua própria imagem como única realidade que lhe é acessível que, exatamente por ser narcisista, exige aquilo que a mídia e o consumo lhe prometem sem cessa, isto é, satisfação imediata dos desejos, a

<sup>10</sup> Ver também MARCONDES FILHO, 1986, p.19.

promessa ilimitada da juventude, saúde, beleza, sucesso e felicidade que lhe virão por meios fetichizados. (CHAUÍ, 1998, p. 05).

Portanto, a mídia funciona como uma “máquina de narciso”, à medida que inibe a fala do Outro e multiplica os espelhos do Mesmo no imaginário social. (SODRÉ apud GONÇALVES, 2005, p.05). Compete, pois, aos receptores da informação a tarefa de desmascarar, através do senso crítico, da reflexão, da não aceitação dos padrões comportamentais impostos, este regime ideológico. Se a ideologia se constrói, como afirmamos acima, no dia-a-dia, então a vigilância deve ser permanente, diária. Segundo Miranda (apud MARCONDES FILHO, 1986, p. 56),

É o caso então de nos perguntarmos se distorções, esforços conotativos, contradições e ambigüidades, geralmente imputados aos interesses ideológicos patronais e facilmente detectáveis na imprensa diária, não são, ao contrário, introduzidos pelos jornalistas, no esforço de proporcionar aberturas à matriz ideológica proposta pela empresa e, ainda, quais seriam as repercussões desse esforço sobre a vantagem.

Deste modo, parece que a mídia sofre da falta de ética. Neste íterim, é urgente o resgate aos princípios éticos, onde, sobremaneira, sejam respeitadas as individualidades e peculiaridades de cada indivíduo, de cada grupo. Ao fazer isto, os meios de comunicação devem regressar ao ideal de transmissão dos fatos e acontecimentos sem a imposição da ideologia dominante, mas balizada nos preceitos da heterogeneidade cultural e ideológica.

#### **4.2.1 A Mídia Escrita**

Segundo Marcondes Filho (1986, p. 56), o surgimento da mídia impressa, mais especificamente do jornal, encontra-se subordinado ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica. Para o autor,

[...] o jornal surge como o instrumento de que capitalismo financeiro e comercial precisava para fazer que as mercadorias fluíssem mais rapidamente e as informações sobre exportações, importações e movimento do capital chegassem mais depressa e mais diretamente aos componentes do circuito comercial.

Embora tenha havido uma “certa democratização da comunicação”, fato é que a circulação dos materiais impressos permaneceria restrita aos indivíduos e classes que disponibilizassem de recursos para adquirir esta mercadoria. Deste modo, pode-se afirmar que o jornal, desde sua origem, apresenta fortes vínculos com o debate econômico e político. Nos primeiros instantes, é bem verdade, o jornal não representou o ideal da classe dominante, a nobreza feudal, mas o público

interessado em tomar conhecimento sobre a situação macroeconômica, a saber, a burguesia, os letrados ou aqueles que freqüentavam os círculos de poder. (MARCONDES FILHO, 1986). Foi após a burguesia ter se instalado no poder que a mídia impressa passou a assumir os moldes capitalistas, passando a deixar ainda mais nítida sua relação com os ideais e ideologias das classes dominantes. Esta característica, uma vez incorporada, acompanha a mídia impressa até os dias atuais.

De fato, há em torno do jornal implicações de várias ordens, destacando-se as de ordem política e ideológica. Conforme assinalou Marcondes Filho, (1986, p. 22), “A ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é o de um dos seus melhores artífices.” (MARCONDES FILHO, 1986, p. 22). Deste modo, o jornal constitui uma ferramenta capaz de veicular diariamente uma ideologia, mas também de erigi-la.

#### 4.2.2.1 O Jornal Diário Catarinense

O jornal *Diário Catarinense* (DC), pertencente ao Grupo RBS (Rede Brasil Sul), foi inaugurado em 05 de maio de 1986 – precisamente sete anos depois de a RBS ter implantado o primeiro canal de TV já estar consolidada no Estado. Segundo Golembiewski

A decisão de implantar um jornal justamente mais tarde foi tomada com base numa pesquisa de mercado encomendada pela RBS, antes de se instalar no Estado. De acordo com essa consulta, o grupo ainda não tinha, pelo menos naquele momento, credibilidade e prestígio para colocar em funcionamento um veículo de comunicação impresso. (GOLEMBIEWSKI, 2007, p. 01).<sup>11</sup>

Deste modo, fica evidente desde já o caráter mercadológico no tratamento das informações que viriam a ser disponibilizadas aos leitores. Assim, como toda nova empresa que chega ao mercado, o editorial do primeiro DC deixa à vista a linha que o jornal iria seguir:

O Diário Catarinense chega disposto a inovar, propondo-se a realizar um jornalismo de integração e de serviço, moderno e vibrátil, que ostente sempre como bandeira a vocação de mostrar para Santa Catarina os muitos universos que a compõem na fantástica heterogeneidade que é fator maior da sua grandeza. (DIÁRIO CATARINENSE: 05.05.1986).

---

<sup>11</sup> Ver também CRUZ, 1996.

Atualmente, a RBS concentra em suas mãos o monopólio das comunicações (televisão, rádio e jornal) em Santa Catarina. No que diz respeito ao jornal apenas, o DC possui uma abrangência estadual, com sucursais nas principais cidades catarinenses. Toda esta abrangência é atestada na *home page* do DC, segundo o qual o jornal circula em 243 municípios catarinenses, com uma tiragem diária durante os dias da semana de 38 mil exemplares, chegando a 56 mil aos domingos. Deste modo, segundo as informações disponibilizadas no site da empresa, o DC é o jornal líder do mercado de veículos impressos em Santa Catarina. (GOLEMBIEWSKI, 2007, p. 07).

Ainda segundo Golembiewski (2007, p. 07),

O número de leitores estimado é de 217 mil. A maioria deles (68%) pertence às classes sociais A e B. O restante está dividido da seguinte maneira: 25% classe C e 7% D e E. Portanto, o jornal é dirigido às classes sociais de maior poder aquisitivo do país. Em relação ao gênero dos leitores, há praticamente um equilíbrio: 52% são homens e 48% mulheres.<sup>12</sup>

É sobremaneira elucidativa a constatação de que o DC possua como público alvo os leitores pertencentes às classes sociais com maior poder aquisitivo, a saber, A e B. Isto permite vislumbrar o compromisso do jornal com a disseminação dos interesses e ideologias da classe dominante – o que já havíamos antecipado nas sub-seções precedentes. Ora, na próxima seção, a partir da análise dos editoriais do jornal *Diário Catarinense* publicados no período de 2002 a 2007, procuraremos compreender a influência da mídia escrita no processo de formação ideológica quanto ao idoso.

---

<sup>12</sup> Segundo o site do DC, “[...] seu público principal é formado por leitores jovens: 39% estão na faixa etária que vai dos 25 aos 39 anos; 24% pertencem à faixa de idade que vai dos 15 aos 24 anos. Esse perfil de leitor jovem se reflete no ranking das seções mais lidas do periódico. O caderno de Variedades aparece em 1º lugar com 95%, a editoria nacional surge em 2º lugar com 93%. Em 3º lugar, empatados estão na preferência do leitor, o noticiário local e a capa.” (GOLEMBIEWSKI, 2007, p. 07).



## 5 O IDOSO NA MÍDIA ESCRITA

Quais os temas abordados pela mídia escrita em relação ao idoso? Qual a influência da mídia escrita no processo de formação ideológica no que diz respeito ao idoso? Ora, conforme precisamos inicialmente, o objetivo central do nosso estudo consiste precisamente nisso, a saber, compreender a influência da mídia escrita no processo de formação ideológica quanto ao idoso.

Para logarmos sucesso em nossa investigação, primeiramente, empreendemos um breve retrospecto histórico-cultural da noção de velhice com vistas nos modos como esta noção foi concebida e trabalhada ao longo da história, bem como enquanto categoria social. Feito isto, na segunda seção, abordamos a questão do envelhecimento populacional, fator que tem contribuído decisivamente para ampliar a visibilidade social do idoso, em particular, nos meios de comunicação de massa. Além disso, procuramos direcionar os holofotes de nossa atenção para os aspectos legislativos em torno da figura do idoso. Uma vez constatado em nossa análise que a existência de leis não encerra uma condição necessária e suficiente para a observância dos direitos dos idosos e, ainda menos, para a remoção dos estigmas e estereótipos sociais criados em torno do idoso, estava montado o contexto para o debate em torno do papel dos meios de comunicação quanto à formação de tais preconceitos, estigmas, estereótipos, em suma, de ideologias com relação ao idoso. Ora, como é sabido, a mídia exerce um importante papel na formação ideológica, podendo enviesar a opinião pública. Resta saber, contudo, o modo como estas ideologias são construídas e veiculadas através da mídia escrita. Este é o propósito *mor* desta seção, como pretendemos mostrar a seguir.

### 5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

Para a consecução deste propósito, procedemos à realização de uma pesquisa no jornal *Diário Catarinense* com vista na identificação e classificação dos temas abordados pela mídia escrita com relação ao idoso. O *Diário Catarinense*, discretamente apresentado na seção anterior, foi escolhido como local para a coleta de dados da pesquisa por ser o jornal de maior circulação estadual, bem como pela liberdade de acesso desfrutada pela autora da pesquisa.

Em nossa pesquisa, restringimos o período de Janeiro de 2002 a dezembro de 2007, pelo fato de o Estatuto do Idoso, considerado por muitos autores um avanço na legislação específica do idoso, ter sido implementado em outubro de 2003. A coleta de dados foi realizada a partir dos editoriais do jornal, textos publicados diariamente, e em cujo conteúdo, segundo o jornalista Flávio Cardozo Junior<sup>13</sup>, encontra-se expressa a opinião da empresa, direção ou equipe de redação. Portanto, nosso trabalho procurou identificar a ideologia apresentada pela mídia escrita com relação ao idoso a partir da análise dos editoriais do DC.

Pois bem, em nossa análise, identificamos 27 (vinte e sete) editoriais relacionados ao tema proposto. A tabela abaixo relaciona os editoriais encontrados no Arquivo Fotográfico<sup>14</sup> do DC.

Tabela 2 – Relação de editoriais do Arquivo Fotográfico do DC

<b>LIVRO</b>	<b>DATA</b>	<b>DIA DA SEMANA</b>	<b>PAGINA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>CATEGORIA</b>
Dez. 1 - 2003	2/12/2003	Terça-feira	13	Um país mais longo	Expectativa de Vida
Dez. 1 - 2002	7/12/2002	Sábado	10	O espectro da violência	Expectativa de Vida
Dez. 1 - 2005	3/12/2005	Sábado	12	O custo de viver mais	Expectativa de Vida
Dez. 1 - 2007	5/12/2007	Quarta-feira	12	O flagelo brasileiro	Expectativa de Vida
Dez. 1 - 2005	5/12/2005	Segunda-feira	10	Atrás das estatísticas	Expectativa de Vida
Abr. 1 - 2005	13/4/2005	Quarta-feira	10	Ônus para os idosos	Expectativa de Vida
Dez. 2 - 2007	26/12/2007	Quarta-feira	12	O impasse da Previdência	Previdência
Nov. 2 - 2006	27/11/2006	Segunda-feira	10	A Previdência e seu futuro	Previdência
Abr. 2 - 2006	16/4/2006	Domingo	16	Os mortos e os muito vivos	Previdência
Out. 2 - 2002	25/10/2002	Domingo	18	Pela justiça na Previdência	Previdência
Nov. 2 - 2003	27/11/2003	Quinta-feira	10	O significado da reforma	Previdência
Jul. 2 - 2003	20/7/2003	Domingo	12	A hora dos estadistas	Previdência
Jul. 2 - 2003	17/7/2003	Quinta-feira	10	Maioria silenciosa	Previdência
Abr. 2 - 2002	24/4/2002	Quarta-feira	10	Assalto à Previdência	Previdência
Jun. 1 - 2003	15/6/2003	Domingo	18	Um retrato a ser mudado	Demografia
Set. 1 - 2004	1/9/2004	Quarta-feira	16	O desafio demográfico	Demografia
Dez. 2 - 2007	22/12/2007	Sábado	14	O país de cabelos brancos	Demografia

<sup>13</sup> Informação verbal obtida no momento de pré-pesquisa.

<sup>14</sup> Acervo de jornais e fotos.

Out. 1 - 2007	1/10/2007	Segunda-feira	11	O mundo envelheceu	Demografia
Set. 2 - 2007	23/9/2007	Domingo	16	A revolução demográfica	Demografia
Jul. 2 - 2002	27/7/2007	Sábado	10	Um novo perfil populacional	Demografia
Dez. 1 - 2005	7/12/2005	Quarta-feira	12	Demografia e violência	Demografia
Nov. 2 - 2002	24/11/2002	Domingo	20	Os "novos" universitários	Educação
Fev. 2 - 2004	29/2/2004	Domingo	15	Da intenção à prática	Legislação
Set. 2 - 2003	25/9/2003	Quinta-feira	12	Um avanço das leis sociais	Legislação
Jul. 1 - 2004	5/7/2004	Segunda-feira	10	Turismo na melhor idade	Turismo
Mar. 2 - 2006	21/3/2006	Terça-feira	12	Turismo e negócios	Turismo
Jan. 1 - 2006	15/1/2006	Domingo	14	O turismo como desafio	Turismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode-se depreender dos dados que constam na Tabela 1, a coluna à direita encontra-se especificado a categoria a qual pertence cada um dos editoriais analisados. Ora, se observarmos com atenção, veremos que foram identificadas seis (6) categorias de análise, quais sejam: demografia, educação, expectativa de vida, legislação, previdência e turismo.

Na Tabela 2, dispomos as categorias supracitadas relativamente à quantidade de editoriais publicados no período de 2002 a 2007.

Tabela 3- Categorias de Análise

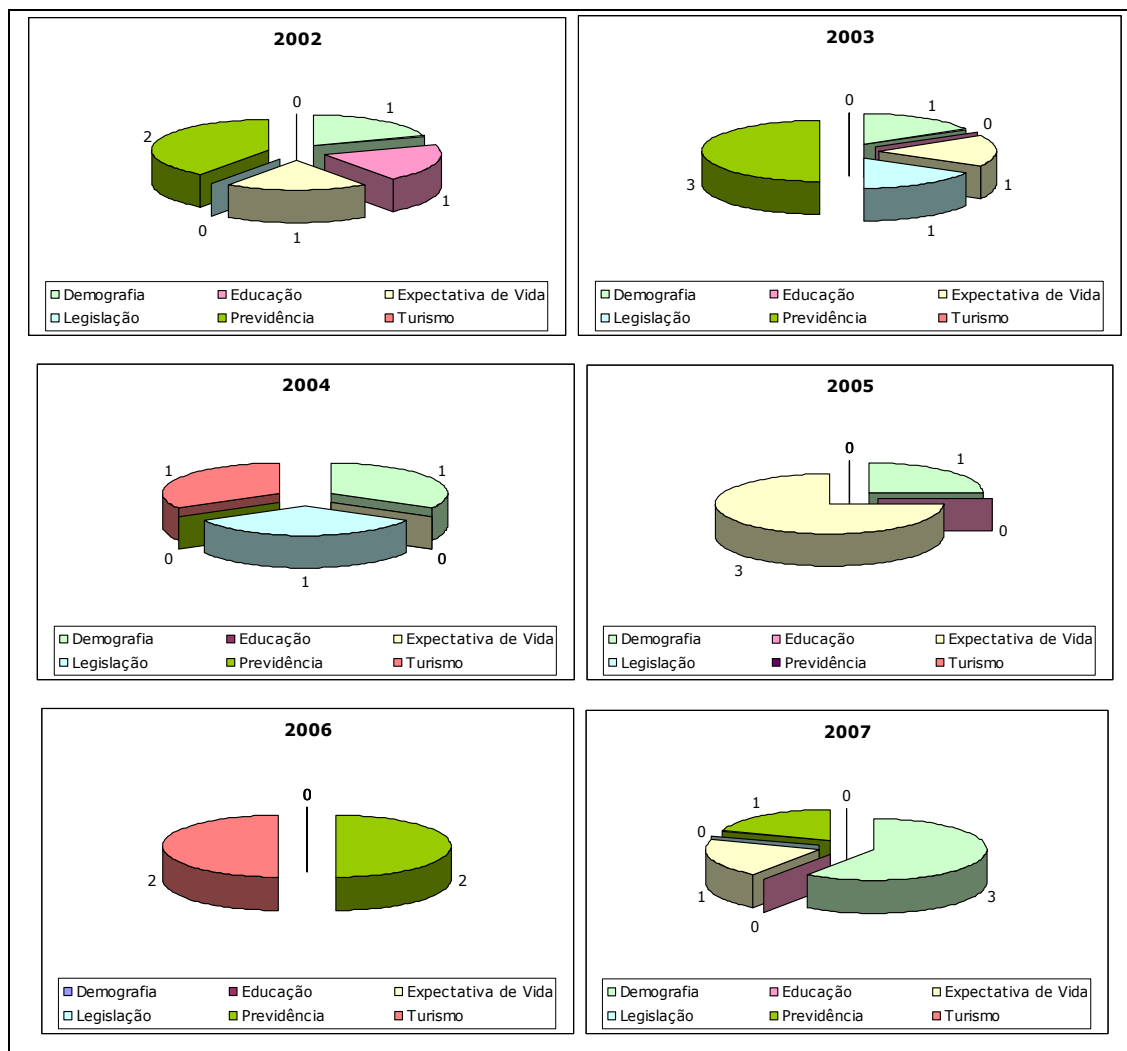
<b>CATEGORIA</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>
Demografia	1	1	1	1	0	3	<b>7</b>
Educação	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Expectativa de Vida	1	1	0	3	0	1	<b>6</b>
Legislação	0	1	1	0	0	0	<b>2</b>
Previdência	2	3	0	0	2	1	<b>8</b>
Turismo	0	0	1	0	2	0	<b>3</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que os editoriais publicados neste período concentraram-se nas categorias de demografia, expectativa de vida e previdência. Por outro lado, temas como educação, legislação e turismo pouco foram mencionados nos editoriais do jornal no período abrangido pela pesquisa.

Este resultado pode ser visualizado de forma mais detalhada no Gráfico 1, que apresenta a quantidade de editoriais por categoria em cada um dos anos abrangidos pela pesquisa separadamente.

Gráfico 1 – Editoriais publicados por ano no período de 2002 a 2007.

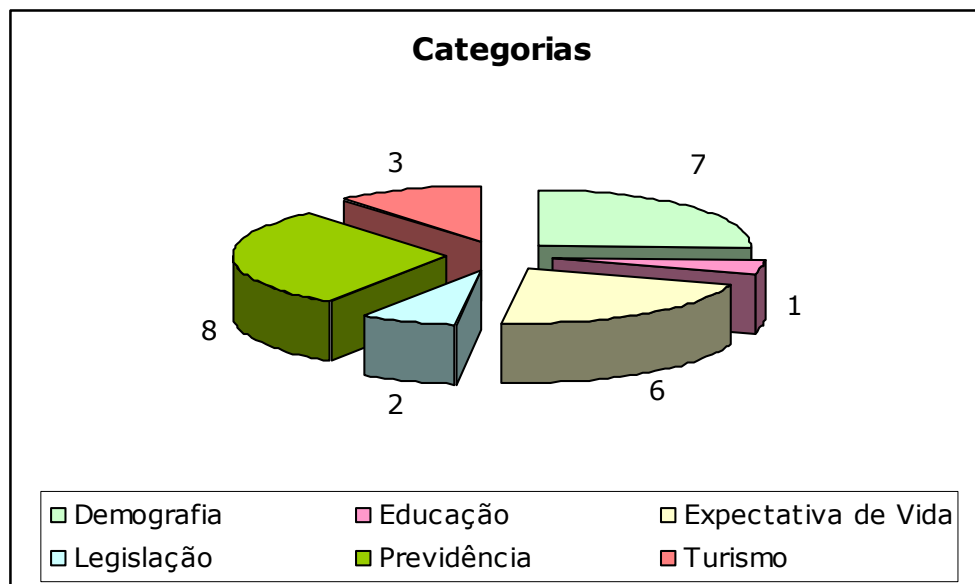


Fonte: Elaborado pela autora.

Chama a atenção, no Gráfico 1, o fato de o único editorial sobre a educação na terceira idade ter sido publicado em 2002. Nos anos seguintes o tema não foi revisitado nos editoriais do DC, justamente no período em que o debate em torno da inclusão do idoso ensejou o aumento do número de matrículas registradas nas instituições de ensino superior de pessoas com mais de 50 anos.

No Gráfico 2, distribuimos o total de editoriais identificados por suas respectivas categorias.

Gráfico 2 – Total por Categorias



Fonte: Elaborado pela autora

Pois bem, uma vez que foram identificados os editoriais referentes ao idoso e classificados os temas aos quais estes se referem através da nomeação das categorias supramencionadas, a seguir, procederemos a uma análise qualitativa do conteúdo de cada um dos editoriais.

### 5.1.1 Demografia

No que se refere à demografia, foram encontrados 07 editoriais, em sua maioria enfocando as mesmas questões.

De acordo com os dados disponibilizados nos editoriais, deve-se “[...] ao avanço constante da medicina, a prevenção e cura das doenças, à pesquisa de novos medicamentos, e da melhora na qualidade de vida [...]”, bem como à queda no índice de natalidade, o aumento da população idosa no país e no mundo. (DC, 2007, p.11).

Estas informações baseiam-se em dados divulgados pelo IBGE, que chamam a atenção para o rápido crescimento da população idosa no Brasil – atualmente, o sexto país do mundo em número de idosos. De acordo com os estudos realizados, já chega a 11.422 o número de idosos com 100 anos ou mais no Brasil, sendo que deste total, 7.950 são mulheres e 3.472 homens.

Outro aspecto ressaltado em seis (6) dos sete (7) editoriais relacionados à demografia, diz respeito à “preocupação” com a falta de políticas públicas e a

necessidade de mudança do perfil dos serviços atuais destinados ao atendimento dos idosos. “As políticas públicas devem se adaptar a esta nova realidade. Não só as políticas públicas. A economia e o mercado também. As estatísticas mostram que são os idosos que têm as melhores condições financeiras”. (DC, 2007 p.11). Ora, esta passagem deixa à vista do leitor a “preocupação” do jornal em veicular a opinião de mercado dominante, chamando atenção para a necessidade de adequação da economia e do mercado às necessidades dos idosos, enfatizando, inclusive, a estabilidade econômica alcançada pelos idosos. Dito de outra maneira, a ideologia mercadológica elege os idosos como uma nova classe consumidora. Por conseguinte, os idosos representam um mercado ainda insipiente, ainda pouco explorado e com bom potencial econômico.

Outra informação enfatizada nos editoriais que toma como base o Senso de 2000 realizado pelo IBGE refere-se ao aumento de idosos como provedores dos domicílios. De acordo com um dos editoriais analisados, “[...] no Brasil, 65,3% deles são considerados chefes de domicílio e sustentam a famílias com suas aposentadorias, pensões ou outros rendimentos; e quase 6 milhões ainda trabalham.” (DC, 2007 p.11).

Diante do exposto, percebe-se que, quanto aos aspectos demográficos, a ênfase maior dos editoriais analisados recai sobre o aspecto econômico, o que se deve ao compromisso assumido pelo jornal com a disseminação da ideologia mercadológica dominante. Deste modo, faz-se premente que se redirecione o debate em torno do aumento da população idosa dos aspectos econômicos para a questão da criação e reformulação das políticas públicas com relação ao idoso. Esta reflexão vem ao encontro do desafio posto ao Serviço Social, ou seja, a regulamentação e efetivação dos direitos dos idosos, participação e protagonismo social.

### **5.1.2 Educação**

Entre os 27 editoriais analisados, conforme assinalamos acima, apenas um fez menção à educação na terceira idade.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Ver quadro I.

De acordo com o supracitado editorial, entre os anos de 2000 e 2001, houve um aumento significativo no número de matrículas nas universidades brasileiras por parte das pessoas com mais de 50 anos – mais precisamente, 23% a mais, o que representa 11 mil matrículas. Segundo os dados apresentados no editorial, este registro oferece várias leituras:

Comprova-se que o país está 'envelhecendo', em função do aumento da expectativa média de vida dos brasileiros, graças aos avanços da medicina e à melhora dos serviços públicos de saúde. [...] Também os integrantes da chamada terceira idade são obrigados a prolongar suas atividades mesmo depois da aposentadoria para complementar a renda familiar. E neste caso buscam, na universidade, oportunidade de formação ou de reciclar conhecimentos e habilidades. Finalmente, ponderável parcela dos 'novos' universitários também persegue, na maturidade, a realização de um sonho frustrado na juventude por circunstâncias diversas, e isso também é válido e respeitável. (DC, 2002, p.20)

Portanto, o aumento do número de idosos na universidade deve-se ao fato de que, em muitos casos, os idosos são obrigados a estender suas atividades relacionadas ao trabalho mesmo depois da aposentadoria, como complemento de renda, e à realização de um sonho que antes não encontrou as condições necessárias à sua realização. Ora, no primeiro caso, pode-se perceber novamente a preponderância do aspecto econômico. Neste sentido, os idosos passaram a encarar a universidade como uma forma de atualizar seus conhecimentos tendo em vista a competitividade do atual mercado de trabalho. Dito de outro modo, também entre os idosos encontra-se difundida a ideologia de que o conhecimento é uma ferramenta necessária como fator de diferenciação entre os indivíduos no que diz respeito à atual lógica do mercado de trabalho.

No entanto, nem todas as universidades estão preparadas para receber esta nova demanda, tornando-se um desafio, tanto para a iniciativa privada, quanto para o governo, a inclusão educacional dos idosos. Seja como for, vale lembrar, antes de uma simples exigência do mercado de trabalho, a educação é direito de todos e, portanto, os idosos devem ter oportunidade de usufruir deste direito e exigir qualidade nos serviços a eles prestados.

### **5.1.3 Expectativa de Vida**

Com relação a esta categoria, foram encontrados seis (6) editoriais. Entre os aspectos mais ressaltados por estes editoriais, temos a violência, a previdência e a falta de políticas públicas.

No que se refere à violência, destaca-se seu aumento paralelamente à expectativa de vida. De acordo com um dos editoriais,

O Brasil que consegue implementar políticas públicas e iniciativas da área privada capazes de reduzir a mortalidade infantil e melhorar a qualidade de vida convive com o mesmo Brasil incapaz de estancar a violência que abrevia a vida de seus jovens. (DC, 2007 p.12).

Embora, aparentemente, esta afirmação não tenha qualquer relação com a expectativa de vida, qualquer dúvida é desfeita à medida que se constata que a violência atinge em sua maior parte os homens, fator este que resulta na diferença da expectativa de vida entre mulheres e homens, de 72,9 a 65,1 anos, respectivamente.

Quanto à Previdência, percebe-se uma grande preocupação com o atual sistema, tendo em vista que, segundo o editorial, o país não está preparado para atender a demanda crescente de idosos.

Como a tendência é de que passem a depender cada vez mais tempo da seguridade, o governo precisa se preparar adequadamente para esta rápida mudança da virada de século. [...] O país precisa agir com a mesma velocidade da expectativa de vida para assegurar ao idoso uma existência digna e promissora. (DC, 2003 p.13).

Faz-se necessário a criação e efetivação de políticas públicas condizentes com a demanda que se apresenta, a fim de garantir aos idosos, uma permanência maior na vida ativa associado à qualidade de vida.

No que tange à falta de políticas públicas, em todos os editoriais há uma ressalva com relação à necessidade do governo preparar-se para o atendimento desta nova demanda, preferencialmente por meio de políticas públicas efetivas. Todavia, percebe-se o caráter negativo com que é encarada esta questão, haja vista que já existem algumas políticas públicas sendo implementadas, *in exempli*, o Estatuto do Idoso, que foi um avanço na legislação brasileira. No entanto, o destaque maior é dado para a falta e não para a efetivação das existentes.

#### **5.1.4 Legislação (Estatuto do Idoso)**

Apenas dois editoriais foram localizados com relação ao Estatuto do Idoso no período pesquisado. Um tendo sido publicado em 25/09/03, ano de sua promulgação, e outro em 29/02/04, quatro meses depois.

Através do Estatuto, segundo o editorial de 25/09/03, intitulado, “Um avanço das leis sociais”, o Brasil dá um passo de grande relevância para a modernização de



sua legislação social. Compara este avanço às normas relacionadas à infância e adolescência, às relações de consumo e à preservação ambiental.

Além de destacar alguns direitos, como o acesso gratuito a medicamentos de uso continuado, o editorial afirma que

[...] É necessária a compreensão de que idade avançada não dispensa oportunidades culturais e de convívio humano, além de uma existência produtiva, tanto quanto possível autônoma e independente. Só teremos despertado efetivamente, no entanto, para o tema do idoso no momento em que o Estado e a coletividade se compenetrarem do fato de que, longe de um peso, são eles fontes de experiência, de sabedoria e de bom senso, cujas lições serão sempre valiosas para a estruturação de uma sociedade mais justa. (DC, 2003, p.12).

No segundo editorial analisado, cujo título é “Da intenção à prática”, publicado em 29/02/04, o Estatuto do Idoso também é considerado um avanço na legislação brasileira, porém chama a atenção para a sua aplicação prática.

Na teoria, ele garante aos idosos uma série de direitos, mas na prática vários deles ainda não estão assegurados por absoluta falta de regulamentação. É o caso, por exemplo, do direito à utilização do transporte interestadual gratuito. [...] E há que se aludir a uma questão fundamental: a eficácia do Estatuto guarda relação direta com a educação oferecida à população, em razão da qual ainda prepondera a noção de que o idoso deixou de ser economicamente produtivo, sendo desprezados os longos anos de trabalho já exercido e a sabedoria acumulada no transcorrer da vida.

Estas ponderações quanto às garantias práticas do EI chamam atenção para o fato de que nada adianta uma legislação teoricamente sofisticada se, na prática, os direitos por ela assegurados não são efetivados. Conforme salientamos anteriormente, por mais que o EI tenha sido considerado uma inovação na área das políticas públicas voltadas ao atendimento desta demanda, perdura ainda um enorme “[...] distanciamento entre a legislação e a realidade dos idosos no Brasil.” (BRUNO, 2003, p. 79). Deste modo, ainda segundo Bruno (2003, p. 79), “[...] para que essa situação se modifique, é preciso fomentar o debate e estimular a mobilização permanente da sociedade”.

Por outro lado, não devemos considerar o Estatuto como algo estático, acabado, mas em constante transformação. Deste modo, para que tenhamos uma efetiva implementação do que está previsto em seus artigos, é necessário que toda a sociedade e, principalmente, os idosos não se omitam diante das situações que vão contra o que está assegurado no Estatuto.

A mídia desempenha o papel de formadora de opinião, e não apenas de reforçadora. No ano da implementação do EI, o projeto de lei ganhou aliados como a

Campanha da Fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a novela da Rede Globo, *Mulheres Apaixonadas*. O tema da Campanha da CNBB daquele ano era Fraternidade e Pessoas Idosas – Vida Dignidade e Esperança. Já a novela da Rede Globo abordou o drama da velhice: sua inserção familiar; os maus-tratos; e desrespeitos diversos aos seus direitos, por intermédio de um casal maltratado pela neta, personagens interpretados pelos atores Carmem Silva, Oswaldo Louzada e Regiane Alves.

Ora, conforme salientamos acima, o DC é o veículo de maior circulação estadual, representando desta forma uma das maiores fontes de formação de opinião dos catarinenses. É curioso perceber que, apesar de todo o debate nacional, o DC trouxe apenas dois editoriais. Não significa que outras matérias sobre o tema não tenham sido publicadas, mas o pequeno número de editoriais leva-nos a crer que a empresa não considerou relevante esta discussão.

#### **5.1.5 Previdência**

Foram identificados oito (8) editoriais sobre a previdência, sendo que estes não se restringem apenas ao idoso.

No que diz respeito apenas ao idoso, os editoriais chamam atenção para o fato de que, devido ao aumento na expectativa de vida e à diminuição nos índices de natalidade, recai sobre aqueles a culpa pelo “rombo” na Previdência Social, desviando a atenção para outros fatores, como a ingerência e as condutas fraudulentas. Isto fica claro na passagem seguinte:

A situação brasileira é conhecida: o subsídio da sociedade para os aposentados do setor público previsto para 2003, segundo o Ministério de Previdência Social, é de R\$ 41 bilhões, maior que o dos anos anteriores e menor do que do ano que vem se não houver a mudança do sistema. Trata-se de um montante e de um ritmo intoleráveis que tiram do poder público a capacidade de investimento para as áreas essenciais de educação, segurança, saúde, etc. (DC, 2003 p.12).

Deste modo, não apenas o *déficit* da Previdência Social é atribuído aos idosos, mas também o ônus da falta de educação, segurança, saúde e outras políticas públicas essenciais para a sociedade. Por conseguinte, fica evidente a imagem pejorativa associada ao idoso, idealizada e veiculada pelo governo, isto é, pelo aparelho estatal e pelos meios de comunicação.

Além de apontar o aumento da população idosa como o principal fator responsável pela dificuldade enfrentada pela Previdência, os editoriais analisados não deixaram de ressaltar as fraudes praticadas pelos usuários do sistema previdenciário, entre as quais, notadamente, o recebimento irregular de aposentadorias por parte dos familiares. De acordo com um dos editoriais,

Um cruzamento entre os registros de óbitos fornecidos por cartórios de todo o país e dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) revelou que o salário de mais de 5 mil servidores públicos federais já falecidos continuam sendo desembolsados normalmente. Só neste caso específico, o desfalque soma R\$ 89 milhões a cada ano, por conta da ineficiência do setor público e por transgressões éticas de uma minoria. [...] Acima de tudo, é a mentalidade deletéria de quem se aproveita de falhas burocráticas que leva à espoliação do setor público. (DC, 2002 p.10).

Nas entrelinhas dos editoriais pode-se observar a ênfase nas fraudes dos usuários para justificar o *déficit* da Previdência, desconsiderando os desvios por parte do Governo, bem como, falhas na gestão do sistema previdenciário.

Com efeito, ressaltamos que não se pode negar a existência destas fraudes, no entanto, vivemos numa democracia representativa e, como tal, é responsabilidade do governo gerenciar com efetividade e transparência o sistema previdenciário. Em contrapartida, cabe à sociedade civil cobrar e exigir debates públicos para o esclarecimento da situação vigente.

Ademais, cremos nada produtiva a discussão instaurada em torno dos responsáveis pelo déficit da Previdência Social. Ao se priorizar apenas este lado do debate, mais uma vez voltamos à ênfase em torno do aspecto econômico, direcionando os holofotes de atenção para números, quando deveríamos estar preocupados com a realidade vivida e experimentada por uma parcela significativa da população.

#### **5.1.6 Turismo**

O turismo é uma das indústrias que mais cresce no planeta, representando uma grande fonte de recursos para a região que souber investir e profissionalizar nesta área. De acordo com os editoriais analisados, um público que vem sendo explorado por este segmento é a terceira idade.

Apesar de apenas três editoriais terem sido localizados quanto a esta categoria, todos eles falam, especificamente, sobre o turismo voltado à terceira idade em Santa Catarina.

De acordo com um dos editoriais investigados,

Em Santa Catarina, estado cujo potencial turístico só agora vem sendo trabalhado de forma mais profissional, diversos municípios têm se esforçado por ampliar e diversificar suas atrações. [...] Além do turismo de eventos, que vem sendo expandido com celeridade, outro segmento que pode contribuir de modo significativo para o melhor aproveitamento dos meses de baixa temporada é o direcionado à terceira idade. (DC, 2004 p.10).

Ora, mais uma vez o idoso é apresentado como consumidor em potencial, como um campo a ser explorado pelo setor turístico, especialmente em baixa temporada, que é quando esta atividade é inacessível aos indivíduos economicamente ativos.

É bem verdade que os idosos com situação financeira estável podem usufruir das possibilidades oferecidas pela indústria do turismo. Contudo, sabe-se também que não é a maior parcela da população.

Deste modo, uma medida interessante a ser implementada pelas políticas públicas consiste em destinar recursos para que os idosos de baixa renda possam usufruir também de atividades deste gênero, pois durante a vida ativa a dedicação maior foi ao trabalho com vista à sobrevivência.

## 5.2 ANÁLISE GERAL DAS CATEGORIAS

Diante do exposto, pode-se afirmar que a ênfase maior dos editoriais analisados recai sobre o aspecto econômico, o que se deve ao compromisso assumido pelo jornal com a disseminação da ideologia mercadológica dominante.

A ênfase no aspecto econômico é instanciada a partir de duas perspectivas distintas. Por um lado, o idoso é tratado como o responsável não apenas pelo rombo da Previdência Social, mas também pelo ônus da falta de educação, segurança, saúde e outras políticas públicas essenciais para a sociedade. Além de apontar o aumento da população idosa como o principal fator responsável pela dificuldade enfrentada pelo sistema previdenciário, pode-se observar a ênfase nas fraudes dos usuários para justificar o *déficit* da Previdência, desconsiderando os desvios por parte do Governo, bem como, falhas na gestão do sistema.

Por outro lado, o idoso é apresentado como uma nova classe consumidora em franca expansão, exaltando a estabilidade econômica alcançada nesta fase da vida. Cabe ressaltar, contudo, que é somente uma pequena parcela privilegiada da população que alcança a tão sonhada estabilidade financeira. Mas, como o público de leitores assíduos do jornal são as classes A e B, as considerações são

condizentes com a classe. Ressalta-se que os idosos podem usufruir de serviços mais específicos para sua idade no que se refere aos pacotes turísticos, entre outros.

O idoso, independente de sua classe social, é tratado como mercadoria e/ou de forma pejorativa. Os que não tem poder aquisitivo e dependem de políticas públicas, são considerados responsáveis pelo rombo da Previdência, tanto pelo aumento considerável da população idosa, como por fraudes. Já os que pertencem às classes A e B, são considerados consumidores em potencial, ou seja, alimentam o sistema capitalista.

Percebe-se o dilema que encerra esta questão. Em nenhum momento o idoso é tratado como uma pessoa, que está em uma etapa específica de sua vida e que assim como todas as pessoas, merece ser considerada como tal, respeitada e ter seus direitos assegurados e políticas públicas efetivas.

Diante disso, coloca-se ao Serviço Social o desafio de tratar desta demanda específica, pois, além de garantir a inclusão do idoso na sociedade por meio da efetivação dos seus direitos, o profissional desta área precisa trabalhar na desmistificação da imagem difundida pelos meios de comunicação em relação a este público.

O Assistente Social deve ser capaz de realizar uma análise crítica e ética da realidade em que a velhice está inserida, pois sem esta análise não podemos construir alternativas de ação com o objetivo de desconstruir o atual modelo de velhice erigido sob o ponto de vista estritamente econômico, caracteristicamente discriminatório.

Este trabalho de desconstrução dos estigmas em torno da velhice encontra respaldo nas atuais políticas sociais e legislação específica, a saber, o Plano Nacional do Idoso e o Estatuto de Idoso bem como no Código de Ética do Assistente Social, especificamente, em seus princípios fundamentais:

-Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; -Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; [...] -Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; -Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] –Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; [...]

Mais uma vez é destacada a importância do Assistente Social, pois no Brasil o Estado tem nas políticas sociais um dos seus instrumentos de controle sobre a sociedade, e no Serviço Social, um dos instrumentos de planejamento e execução dessas políticas. No entanto, cabe ressaltar que é fundamental que seja efetivado o que preconiza o Estatuto.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo visava à compreensão da influência da mídia escrita no processo de formação ideológica quanto ao idoso. Neste íterim, o resgate do significado dos termos “envelhecimento” e “velhice” constituiu o ponto de partida do estudo, já que estes termos assumiram significados distintos ao longo da história. Ora, conforme identificamos na primeira seção, a velhice não pode ser analisada apenas sob um ponto de vista, haja vista que ela implica múltiplas dimensões, como a biológica, a psicológica, a existencial, a cultural, a social, a econômica, a política, a demográfica, entre outras. Por conseguinte, quando falamos em velhice, devemos atentar para todas estas dimensões; caso contrário, corremos o risco de atrofiar nosso entendimento acerca do seu significado. Além do mais, considerar apenas uma dessas dimensões pode gerar estigmas em torno da velhice, pois desconsidera as diferenças individuais.

Por outro lado, ao se considerar a velhice um produto histórico-cultural, boa parte dos equívocos em torno da mesma são evitados. Neste íterim, a velhice se inscreve na pauta de diversos segmentos da sociedade, recebendo a atenção de profissionais de diversas áreas, das organizações governamentais e não governamentais. Muito embora caracterizada prioritariamente sob o enfoque das alterações físicas, o tratamento da velhice não pode desvincular-se dos aspectos psicossociais, culturais e políticos que lhe amparam. Assim, o idoso deve ser percebido não como objeto, que é uma característica muito presente na sociedade capitalista, mas como sujeito capaz de construir sua própria história, acumulando suas vivências e experiências das várias etapas da sua vida.

Ao abordarmos a velhice enquanto categoria social, foi possível perceber que as ações de proteção e inclusão social dos idosos, bem como a qualidade de atendimento a esta demanda, dependem ou são norteados pelos valores intrínsecos à representação que a sociedade tem da velhice. Esta constatação nos permite inferir que, se as representações sociais dos idosos possuem características pejorativas, então as ações que visam a proteção e inclusão dos idosos assumirão formas e modos que em alguma medida se coadunam àquelas.

Com efeito, entender a velhice a partir deste *background* encerra um enorme desafio para o profissional do Serviço Social, pois o mesmo deve “[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e

capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.” (IAMAMOTO, 2004, p. 25). Contudo, a velhice é uma nova demanda que se apresenta ao Serviço Social, e, conforme salientamos anteriormente, ela é dinâmica, não há um único conceito de velhice. Portanto, o Assistente Social deve ser um profissional propositivo, capaz de esclarecer os direitos, mas também mostrar os meios de exercê-los através de atitudes ousadas, possibilitando, assim, a ampliação do espaço profissional.

Além dos aspectos relacionados ao envelhecimento, velhice, políticas sociais voltadas ao idoso, ressaltou-se, na terceira seção do presente estudo, a influência da mídia na proposição e difusão (comercialização) da ideologia dominante. As noções de mídia e ideologia sempre apresentaram vínculos estreitos, e, nos últimos anos os meios de comunicação tem se mostrado uma ferramenta importante no processo de formação e transmissão ideológica. Sobremaneira, abordar estes processos permitiu-nos uma compreensão dos mecanismos subreptícios à disseminação por parte da mídia (escrita) das ideologias mantidas com relação ao idoso.

Este exercício foi completado na última seção, quando procedemos à apresentação da pesquisa realizada a partir da análise dos editoriais do jornal *Diário Catarinense*, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2007. Foi neste momento que atingimos o objetivo central e os específicos do estudo, pois destacamos o idoso na mídia escrita, especificamente a ideologia apresentada pela mídia com relação ao idoso. Uma vez devidamente analisados os editoriais, procedemos à sua classificação, tendo sido identificadas seis (6) categorias distintas: Demografia, Educação, Expectativa de vida, Legislação (Estatuto do Idoso), Previdência e Turismo. A partir desta classificação, procurou-se salientar a visão do jornal *Diário Catarinense* em relação ao idoso, bem como os temas mais freqüentes.

Nossa análise mostrou que poucos editoriais se ocuparam com o Turismo, Educação e Legislação. Por outro lado, temas como Demografia, Expectativa de vida e Previdências foram abordados em vários. O que mais chamou atenção, contudo, foi que o aspecto em torno do qual orbitaram as discussões encontradas nos editoriais foi o econômico. Dito de outro modo, os temas abordados e analisados em sua maioria enfocaram o idoso enquanto ativo ou inativo economicamente. Em nenhum momento o idoso é tratado como uma pessoa que está em uma fase



específica da sua vida e que, assim como todas as pessoas, merece ser considerada como tal, respeitada e ter seus direitos assegurados e políticas públicas efetivas.

Pois bem, a realização deste estudo possibilitou um maior entendimento acerca dos mecanismos empregados pela mídia na formação e transmissão de ideologias com relação ao idoso. Porém, é importante destacarmos que, apesar do número reduzido de editorias, apenas 27, distribuídos num período de cinco (5) anos, não significa que o jornal Diário Catarinense não tenha trabalhado a questão do idoso em outras seções (política, geral, cadernos específicos, etc.). Mas, como o editorial expressa a opinião da empresa, podemos concluir que, de fato, não há interesse em se trabalhar e destacar os temas relacionados ao idoso.

Por fim, cumpre destacar ainda que o presente estudo não procurou ser exaustivo ou completo, mas apenas abrir caminhos para novas e mais aprofundadas pesquisas sobre esta temática que até então foi pouco trabalhada, principalmente na academia.

Portanto, tendo em vista o aumento da população idosa, bem como as demandas relativas a esta área, sugere-se que seja revisado o currículo do Serviço Social com a finalidade criar uma disciplina específica sobre este tema, a fim de preparar os acadêmicos para proporem estratégias efetivas de ação referente a esta demanda que cresce num ritmo acelerado.

## 7 REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.
- ALMEIDA, V. L. V. de. Modernidade e Velhice. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n. 75 p. 35-53, set. 2003.
- BARROSO, Maria J. R. A Iniciativa Pública e Privada nos Serviços de Saúde, Educação, Cultura e Lazer. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 17, p. 28-38, ago. 1999.
- BEAUVOIR, S. de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEZERRA, A. K. G. A Construção e Reconstrução da Imagem do Idoso pela Mídia Televisiva. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, 2006. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acesso em 17/08/07.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembrança dos Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL, **Código de Ética do Assistente Social**, 3 Edição, Brasília: CEFESS, 1997.
- BRASIL, **Estatuto do Idoso**, 2 Edição, Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
- BRUNO, M. R. P. Cidadania não Tem Idade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n.75, p. 74-83. set. 2003
- CABRAL, B. E. S. L. A Vida Começa Todo Dia. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ. V.5, n. 1, p. 159-168, jan./jul. 1997.
- CHAUÍ, M. S. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COIMBRA, C. M. B. Mídia e Produção de Modos de Existência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília: Universidade de Brasília. Vol. 17, n. 1, p. 01-05, jan./abr. 2001.
- COSTA. E M. S. **Gerontodrama**: A Velhice em Cena – Estudos Clínicos e Psicodramáticos Sobre o Envelhecimento e a Terceira Idade. São Paulo: Agora, 1998.
- DEBERT, G. G. Antropologia e os Estudos dos Grupos e Categorias de Idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- \_\_\_\_\_. Envelhecimento e curso de vida. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ. V.5, n. 1, p. 120-139, jan/jul. 1997.

- \_\_\_\_\_. Gênero: Envelhecimento. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ. V2. n. 3, p. 33-51, jan/jul. 1994.
- \_\_\_\_\_. O Idoso na Mídia. Disponível em: <http://www.comcientia.br>. Acesso em 10/09/2002.
- DIÁRIO CATARINENSE. Santa Catarina. **Editorial**. Coleta de Notícias – Período: 2002 – 2007.
- FERREIRA, A. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.
- FILHO, H. A. (Org.). **Comentários Sobre o Estatuto do Idoso**. Brasília: Secretária Especial de Direitos Humanos, 2004.
- HAREVEN, T. K. Novas Imagens do Envelhecimento e a Construção Social do Curso de Vida. In: DEBERT, G. G. (Org.). **Cadernos PAGU**. Campinas: UNICAMP, n. 13, p. 11-35, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GONÇALVES, R. C. **A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das Relações de Trabalho pela Aposentadoria**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- GONÇALVES, D. A Violência da “Idade Mídia”. 2005. Disponível em: [www.direitonet.com.br/artigos/x/21/99/2199/ - 34k](http://www.direitonet.com.br/artigos/x/21/99/2199/-34k). Acesso em 29 nov 2007
- GUATARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000 Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 18/10/07.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Temporalis. Brasília: ABEPSS. 2. ed. Ano 2. n. 3, p. 09-32, 2004.
- JULIAO, Sandra de Oliveira. Uma nova lei: o Estatuto do Idoso, 2004. Disponível em: [www.mpdft.gov.br/sicorde/reviva.htm-2k](http://www.mpdft.gov.br/sicorde/reviva.htm-2k) . Acesso em 03/09/07.
- LEITE, N. O Idoso na Mídia.
- LIMA, M. A. A Velhice como “estado de espírito”: Reprivatização da Velhice e a Constituição de um Campo a Saber. **Praia Vermelha**. V.2, n. 4, p.123-155, jul-dez. 2001.
- LIMA, T. C. S. de. **A intervenção Profissional do Assistente Social: Propondo o Debate Sobre as Ações Sócio-educativas**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

MARCONDES FILHO, C. **O que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Ideologia**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital da Notícia**. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa: Um Desafio Instigante**. São Paulo: Veras, 1999.

MENDONÇA, J. M. B de. Painel de Debates: “Políticas Governamentais de Atenção à Velhice para o Próximo Século”. Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 17, p. 57-62, ago. 1999.

MERCADANTE, E. F. Velhice: A Identidade Estigmatizada. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n. 75, p.55-73, set. 2003.

MILNITZKY, C.; SUNG, F.; PEREIRA, R. M. Políticas Públicas e Envelhecimento: conquistas e Desafios. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 15, n. 31, p. 55-69, set. 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, J. F. D. de. Lazer e Qualidade de Vida do Idoso. In: DORNELLES, B.; COSTA, G. J. C. (Org.) **Lazer, Realização do Ser Humano: Uma Abordagem para Além dos 60 anos**. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2005.

MOTTA, A. B. Chegando pra Idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.) **Velhice ou Terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

NERI, A. L. **Envelhecer Num País de Jovens: Significados de Velho e Velhice Segundo Brasileiros Não Idosos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS. 2. ed. Ano II, n. 3, p. 41-50, 2004.

PEIXOTO, C. Entre o Estigma e a Compaixão e os Termos Classificatórios: Velho, Velhote, Idoso, Terceira Idade... In: BARROS, M. M. L. (Org.) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PEREIRA, P. Formação em Serviço Social, Política Social e o Fenômeno do Envelhecimento. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.net/download/formacaosocialpotyara.pdf>.

PORTO, M. A Política Nacional do Idoso: Um Brasil para Todas as Idades. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env02.htm>.

PRADA, C. Revolução dos Velhos. O que Vai Fazer com seus Cem Anos? Disponível em: [http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas\\_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao\\_Id=122&breadcrumb=1&Artigo\\_ID=1479&IDCategoria=1576&reftype=1](http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=122&breadcrumb=1&Artigo_ID=1479&IDCategoria=1576&reftype=1).

QUEIROZ, Z. P. V. Os Idosos: Uma Nova Categoria Etária no Brasil. A Questão do Idoso: Textos para Estudo e Debate. **Comissão Estadual do Idoso/SC**. N. 08, p. 17-31, jun. 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989

SALGADO, M. A. Conferência "O Idoso Brasileiro no Próximo Século". **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 17, p. 05-13, ago. 1999.

\_\_\_\_\_. Envelhecimento Populacional: Desafio do Próximo Milênio. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X n. 14, p. 31-37, ago. 1998.

\_\_\_\_\_. **Velhice, uma Nova Questão Social**. 2ª edição. São Paulo: SESC-CETI, 1980.

SANTANA, H. B.; SENA, K. L. O Idoso e a Representação de Si. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 14, n. 44-53, set. 2003.

SCHACHTER-SHALOMI, Z; MILLER, R. S. **Mais Velhos, Mais Sábios: Uma Visão Profunda da Arte de Envelhecer**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SCHNEIDER, L. Mídia, Política e Ideologia. **Revista Fronteiras**. Vol. VIII, n. 01, p. 54-61, Jan/abr. 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, J. C. Velhos ou Idosos? **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 14, n. 26, p. 94-111, jan. 2003.

VERAS, R. P. A Longevidade da População: Desafios e Conquistas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n.75, p. 5-18, set. 2003.

\_\_\_\_\_. A Novidade da Agenda Social Contemporânea: A Inclusão do Cidadão de mais Idade. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 14, n.028, p.07-28, set. 2003.

VIEIRA, D. F. Abordagens. A Velhice nos Tempos Atuais. Disponível em: [http://revistapsicologia.com.br/mateirias/abordagens/m\\_abordagens\\_velhice.htm](http://revistapsicologia.com.br/mateirias/abordagens/m_abordagens_velhice.htm).

WIECZYNSKI, M. Envelhecendo com Cidadania: Realidade ou Utopia? Disponível em: <http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/envelhecimento.pdf>.

WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. **Editorial**. [S.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Editorial>>. Acesso em: 16 fev. 2008.